TEXTO PARA DISCUSSÃO/Nº 223

A Geografia do Professor Leigo: Situação Atual e Perspectivas

Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto

AGOSTO DE 1991

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE
Roberto Brás Matos Macedo
DIRETOR TÉCNICO
Líscio Fábio de Brasil Camargo
DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO
Marcos Reginaldo Panariello
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Renato Moreira
COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES
Antonio Emílio Sendim Marques
COORDENADOR DE POLÍTICA AGRICOLA
Adelina Teixeira Baena Paiva
COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA
Luis Fernando Tironi
COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA
Eduardo Felipe Ohana
COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL
Luiz Carlos Eichenberg Silva
COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
Ricardo Varsano

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando profissionais especializados e recolhendo sugestões.

Tiragem: 100 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Brasília:
SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013
CEP 70.312
Rio de Janeiro:
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar
CEP 20.020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONCEITUAÇÃO

3. A GEOGRAFIA DO PROFESSOR LEIGO: OS DADOS DE 1987

4. EM DEZ ANOS, O QUE MUDOU?

5. PERSPECTIVAS

6. PROFESSORES LEIGOS: ATÉ QUANDO? ALGUMAS REFLEXÕES

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

A GEOGRAFIA DO PROFESSOR LEIGO: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Angela Maria Rabelo F. Barreto

Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Agradeço a colaboração do colega Sebastião Camargo e do estagiário Antônio José Moraes, bem como as sugestões de Divonzir A. Gusso, Luiz Carlos Eichenberg Silva, Pedro Demo e José Amaral Sobrinho.

SINOPSE

Este texto apresenta uma análise comparativa da distribuição dos professores leigos do ensino de primeiro grau em dois momentos - 1977 e 1987, utilizando como recortes as regiões, unidades da federação, localização (urbana e rural) e dependência administrativa da escola. São tratados os dados de todas as escolas, inclusive as de apenas uma sala. Com base na evolução do número de professores leigos, no período 77-87, aqui se faz, também, o esforço de traçar algumas perspectivas para o próximos anos, considerando hipóteses alternativas sobre expansão quantitativa do ensino básico, e sobre o percentual de leigos no total do corpo docente.

1. Introdução

Apesar de ser um fenômeno cuja freqüência vem diminuindo nos últimos anos, a presença do professor leigo no ensino de primeiro grau ainda é significativa, principalmente nas escolas rurais, constituindo-se em problemática que, segundo vários autores, não é tão simples quanto possa parecer.

Nos anos 80 duas coletâneas de artigos tomaram como objeto esse professor. Em 1985, o CENAFOR publicou *A questão do professor leigo*, com quatro documentos e, em 1986, a revista *Em Aberto*, do INEP, dedicou o seu número 32 ao mesmo tema, onde são publicados quatro artigos e duas resenhas de estudiosos da área educacional. Em ambas as coletâneas, que também apresentavam revisões bibliográficas, foram analisados, além de dados estatísticos, problemas relativos à caracterização desse professor, sua formação e condições de trabalho, bem como aos programas de reciclagem a ele dirigido.

A revista *Em Aberto* trazia entre outros, um artigo cujo título era a indagação "Professor leigo: Até quando?", da professora Miriam Warde. Nele, a autora defende a necessidade de que, para melhor caracterização do professor leigo, três níveis de estudos sejam conduzidos: primeiramente, é necessário que se "faça não só as devidas distribuições quantitativas (quantos qualificados,quantos não-qualificados/leigos), como também indique onde estão alocados (em termos regionais, em termos de redes de ensino, etc.), e quantas variáveis se queira trabalhar para maiores e mais aprofundadas análises estatísticas". Em um segundo nível, trata-se de explorar outras características ou traços do pessoal docente em geral, e do leigo em particular, como as vias de acesso ao magistério, as faixas salariais vigentes, o enquadramento sócio-econômico e cultural dos professores, a oferta e a demanda de professores qualificados, entre outros aspectos. Em um terceiro nível, finalmente, seria indispensável explorar as múltiplas correlações entre as características do pessoal docente e indicadores de produtividade dos sistemas de ensino.

Em estudo recentemente concluído, Barreto (1991) empreende um esforço de caracterização do professor de primeiro grau no Brasil, explorando principalmente os aspectos atinentes à escolaridade e aos salários desse profissional. Utilizando os recortes urbano/rural e regional, o estudo evidencia as profundas diferenciações no perfil de formação e de remuneração desse profissional, além de mostrar que dois grupos ocupacionais - secretário e auxiliar de contabilidade/caixa - que, como o do professor, apresentam grande contingente de mulheres, percebem salários bastante superiores, mesmo possuindo, via de regra, escolaridade média inferior à do profissional do magistério.[1]

O trabalho de Barreto (1991) apresenta a quantificação do segmento docente não-habilitado, utilizando o corte regional. Uma análise mais detida, entretanto, evidencia que o agrupamento por grandes regiões esconde diferenciações significativas entre as unidades da federação, fenômeno que não se limita apenas aos indicadores educacionais. No presente estudo, busca-se explorar essas diferenciações, traçando a *geografia* do professor leigo e o como esta vem se desenvolvendo nos últimos anos.

Com base na evolução do quantitativo de professores leigos no período compreendido entre 1977 e 1987, faz-se também o esforço de traçar perspectivas para os próximos anos, considerando algumas hipóteses alternativas sobre a expansão quantitativa do ensino básico e o percentual de leigos no total do corpo docente.

Estudos como o aqui apresentado representam uma tentativa de aproximação, pela análise quantitativa, a possíveis respostas à indagação que, por sua relevância, constituiu-se em título do artigo de Warde (1986): "Professor leigo: Até quando?".

Embora não tenha a pretensão de enfrentar a questão do professor leigo em seus vários enquadramentos, este trabalho poderá se mostrar útil na reflexão do tema. O que indicam as estimativas aqui elaboradas é que, caso não se empreendam maiores esforços de mudança no

1 *É claro que fatores como horário de trabalho, tempo de aposentadoria e probabilidade de ascensão, entre outros, podem constituir benefícios diferenciados para o professor. Por outro lado, as tarefas extra-classe, as precárias condições de trabalho em grande maioria das escolas e a necessidade de atualização permanente podem representar um ônus maior para este profissional.*

quadro atual, isto é, atuando o mesmo conjunto de forças dos últimos anos, o sistema de ensino de primeiro grau chegará ao final da década com não menos que 80 mil professores leigos.

Dadas as diferentes delimitações possíveis ao termo *professor leigo*, é importante que se esclareça inicialmente qual delas será utilizada neste estudo.

2. Conceituação

A Lei 5692/71, em seu artigo 30, prevê como formação mínima para o exercício do magistério de primeiro grau, no ensino da 1ª à 4ª série, habilitação específica de segundo grau e, no ensino da 5ª à 8ª série, habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, representada por licenciatura de primeiro grau obtida em curso de curta duração. Em sentido estrito, portanto, professores que não possuem as habilitações específicas previstas em lei são professores leigos.

Entretanto, os dados disponíveis sobre os docentes de primeiro grau não permitem discriminá-los em função do cumprimento ou não dos requisitos legais para o exercício do magistério, uma vez que a série em que o professor leciona e a posse ou não da habilitação para o ensino das primeiras quatro séries por parte daqueles que estão cursando o ensino superior não são informadas nesses levantamentos.

Neste trabalho, está-se considerando o termo *professor leigo* em sentido menos estrito, não se tomando como critério a habilitação específica segundo a série em que o docente leciona, mas apenas o nível de escolaridade mínimo exigido para habilitar-se legalmente ao ensino das primeiras quatro séries. São aqui considerados professores leigos, portanto, aqueles que possuem escolaridade inferior ao segundo grau completo. Esta conceituação implica subestimar os quantitativos de professores que são leigos *stricto sensu*, considerados os requisitos legais.

3. A Geografia do Professor Leigo: os dados de 87

3.1. Distribuição Espacial

Segundo dados de 1987 levantados pelo Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura, dos 1.117,3 mil postos docentes do ensino de primeiro grau, 145,7 mil (13,0%) são ocupados por professores que não possuem segundo grau completo de instrução. A região que apresenta, em seu corpo docente, maior percentagem de leigos é a norte - onde 31,7% dos postos docentes são ocupados por professores com este perfil de escolaridade, seguida pelo nordeste com 26,2% de leigos, e centro-oeste, com 16,7%. Na região sul, 8,6% dos docentes são leigos e, no sudeste, eles representam 2,8% (tabela 1).

Tomando-se os dados para cada unidade da federação, verifica-se que a taxa de leigos varia de menos de 0,5%, em São Paulo e no Distrito Federal, até quase 40% no Pará, Acre, Ceará, Maranhão e Paraíba. Um mapa (fig.1) onde os estados são classificados segundo suas taxas de professores leigos divide claramente o país em norte-nordeste e centro-sul, como acontece com os vários indicadores sócio-econômicos. De todos os estados das regiões norte e nordeste, somente no Amapá, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe a taxa de leigos não ultrapassa os 20% e, nestes dois últimos, por pouco este valor não é atingido. Na região centro-oeste, esta taxa é ultrapassada pelo estado de Goiás e é quase atingida pelo Mato Grosso. Dos estados do sul e sudeste, os que apresentam maiores percentagens de professores leigos são o Paraná, com mais de 11,5% de seus docentes compondo este segmento, e Minas Gerais, com 8,2% de leigos.

Na zona rural de alguns estados, como Amazonas, Acre e Ceará, a taxa de professores leigos chega a atingir mais de 80% do corpo docente, ou fica na faixa de 70 a 80% no Pará, Maranhão, Paraíba e Mato Grosso. Ela supera 50% na zona rural de todos os estados do norte, exceto Amapá, e do nordeste, excluindo-se Pernambuco, onde se aproxima de 43%. Também no centro-oeste, as escolas rurais dos estados de Mato Grosso e Goiás têm mais da metade de seus docentes com instrução inferior a segundo grau completo; no Mato Grosso do Sul a taxa de leigos é de 43%. Da zona rural dos estados das regiões sul e sudeste, é no Paraná e Minas Gerais que os professores leigos representam maiores contingentes (chegam a atingir cerca de 35% do total), seguidos pelo Rio Grande do Sul (25%). Apenas as zonas rurais do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amapá têm

menos de 10% de seu pessoal docente composto por leigos. No ensino básico da zona rural de todo o país, há 253,3 mil postos docentes e, destes, 122,7 mil, ou seja, 48,4% são ocupados por leigos.

Na zona urbana, a taxa de leigos supera 10% no Pará, Acre, Roraima e Goiás, e quase atinge essa percentagem na Paraíba. Tomando-se os dados por região, verifica-se que é a norte a que apresenta, em sua zona urbana, o maior percentual de professores leigos (9,2%), seguida pelo centro-oeste (5,9%) e nordeste (4,6%).

Uma vez que os quantitativos de docentes dos vários estados apresentam dimensões muito diversas em termos absolutos, verifica-se que os 145,7 mil postos ocupados por docentes leigos encontram-se assim distribuídos: 57,5% no nordeste, 13,4% no norte, 11,6% na região sul, 8,8% no sudeste e 8,8% no centro-oeste. Somente no estado da Bahia encontram-se 21,2 mil professores com este nível de escolaridade, o que representa 14,6% do total de leigos, que, somados aos 16,4 mil do Ceará (11,3%), ultrapassam um quarto deste segmento docente de todo o país. Maranhão e Pará, com quase 12 mil leigos cada um, e Minas Gerais, com 10,6 mil, concentram, juntos, outra quarta parte do total de leigos (tabela 2).

Dos 145,7 mil leigos de todo o Brasil, 84,2% exercem suas atividades em escolas rurais. A zona rural do nordeste é responsável por 51% do total de leigos. Apenas nesta zona do estado da Bahia encontram-se 13,4% de todos os professores brasileiros com este perfil de escolaridade.

Os leigos da zona rural do nordeste, somados aos dos estados de Minas Gerais e Pará - cada um abrigando mais de 6% do total nacional em suas escolas rurais - representam 64% deste segmento docente.

3.2 A Variável Dependência Administrativa

Os dados mostram (tabela 3) que os professores com mais baixo grau de escolaridade concentram-se nas escolas municipais, onde 123 mil postos docentes (37,4%) são ocupados por professores leigos, representando 84,5% dos docentes de primeiro grau com este perfil de escolaridade de todo o país (fig.2).

A taxa de professores leigos nas escolas municipais supera 50% em quase todos os estados do norte e do nordeste, além do Mato Grosso e Goiás. Também nas redes estaduais de algumas unidades da federação, o percentual de leigos é ainda expressivo, como no Amazonas, Pará e Goiás. Do pequeno contingente (5,9 mil) de docentes de escolas federais de primeiro grau, 564 são leigos (9,5%) e mais da metade encontra-se em Roraima. Mesmo na zona urbana, onde o número de leigos é bem reduzido, a taxa é mais elevada no segmento municipal (6,6%), embora em termos absolutos o número de docentes com este nível de escolaridade nesta zona seja aproximadamente o mesmo nas escolas estaduais e municipais (tabela 4).

Na zona rural, 71% dos docentes lecionam em escolas municipais, e é aí que se concentram as mais elevadas taxas de professores leigos (tabela 5), superando 70% em quase metade dos estados. As escolas rurais estaduais, cujo pessoal docente constitui 27% do total da zona, abrigam em alguns estados taxas relativamente altas de leigos, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

O fenômeno da concentração de professores leigos na rede municipal ocorre em praticamente todas as unidades da federação (tabela 6), e as exceções - Acre, Roraima, Amapá, Espírito Santo e São Paulo - representam estados onde o ensino rural é assumido pelo governo federal ou estadual e não pelos municípios, como acontece nos demais estados.

os dados revelam que, dos 145,6 mil docentes leigos distribuídos entre as escolas de diferentes subordinações administrativas e das várias unidades da federação, a metade encontra-se nas escolas municipais da zona rural do nordeste (tabela 7). Somados àqueles lotados nas escolas municipais rurais de Minas Gerais (5,9%), Pará (4,3%), Paraná (3,9%), Rio Grande do Sul (3,8%) e Goiás (3,3%), ultrapassam 70% do total de docentes leigos de primeiro grau do Brasil, o que mostra que os professores leigos constituem fenômeno caracteristicamente rural, sendo contratado, em sua grande maioria, pelos governos municipais.

3.3 Escolas de Uma Sala

O Brasil possui (dados de 87) 117,7 mil escolas de uma só sala, responsáveis pelo atendimento de 3 milhões de alunos (11,9% do total do país). Os

docentes dessas escolas perfazem 139,2 mil (ou 12,5% do total de docentes do ensino de 1º grau) e, destes, 87,5 mil (63,0%) não possuem segundo grau completo de escolaridade (tabela 8).

As escolas de apenas uma sala são fenômeno bastante circunscrito à área rural (97,7%), e grande parte delas (45,5%) encontra-se na região nordeste, responsável pelo atendimento de 41,5% dos 3 milhões de alunos deste tipo de escola. Dos docentes das escolas rurais de apenas uma sala da região nordeste, 78,3% (51 mil) são leigos. Em alguns estados do norte e nordeste, esses professores representam a quase totalidade (mais de 90%) dos docentes das escolas rurais de uma sala. O estado que possui maior número de escolas de uma sala é a Bahia (11,7 mil) e, nelas, 80% dos docentes são leigos.

Considerando-se os docentes de todo o sistema escolar de primeiro grau que possuem este nível de escolaridade, verifica-se que 60% deles concentram-se nas escolas rurais de apenas uma sala (tabela 9). Os 51 mil docentes leigos deste tipo de escola da região nordeste representam 36% dos professores com este nível de instrução de todo o país. As escolas rurais de apenas uma sala das outras regiões respondem, em ordem decrescente, pelos seguintes percentuais: norte, 8,5%, sul, 6,6%, sudeste e centro-oeste, cerca de 4,5% cada, totalizando 85,9 mil dos 145,7 mil docentes leigos das escolas de primeiro grau. Só nas escolas rurais de uma sala administradas pelos municípios - subordinação característica da maioria destas escolas em quase todos os estados - encontram-se 57,6% dos docentes leigos de todo o sistema de ensino de primeiro grau.

3.4 Impacto sobre os Alunos

Quantos alunos do ensino de primeiro grau são atendidos por professores leigos? Embora não existam dados diponíveis que permitam responder de forma precisa a esta indagação, pode-se estimar, multiplicando-se a taxa de alunos por professor, em cada unidade da federação e zona pelo número respectivo de leigos, que, no Brasil, cerca de 3,5 milhões de estudantes da escola básica são alunos de professores que não possuem segundo grau completo de instrução (tabela 10). Destes, aproximadamente 60% (2 milhões) encontram-se no nordeste, e 16% (540 mil) na região norte. A Bahia é a unidade da federação que apresenta o maior quantitativo de alunos de docentes leigos, chegando a ultrapassar o total existente na região norte. No Pará encontra-se o segundo maior contingente de alunos nesta condição (355 mil).

Apenas nas escolas de uma sala, que abrigam 11,9% do total do alunado de primeiro grau, concentram-se 56% dos alunos de docentes leigos. Nos estabelecimentos deste tipo existentes na zona rural das regiões norte e nordeste encontram-se 1,6 milhões de alunos atendidos por professores com escolaridade inferior ao segundo grau completo, o que representa 45% dos alunos deste segmento docente em todo o país. Dos 3,5 milhões de alunos atendidos por professores leigos, cerca de 84%, ou seja, 2,9 milhões estudam em escolas municipais, que, como já comentado, constituem a maioria das escolas rurais.

4. Em Dez Anos, O Que mudou?

Em 1977, dos 897.163 professores de primeiro grau, 185.656, ou seja, 20,7%, não possuíam segundo grau de instrução (tabela 11). Houve, portanto, no período 77-87, um decréscimo de quase 40 mil postos ocupados por leigos. Na maioria dos estados da região norte e em alguns do nordeste, entretanto, verificou-se ainda aumento no número destes postos.

Como se pode depreender da análise da fig.3, o índice de crescimento dos docentes leigos (1977=100) foi mais elevado em Rondônia, Amazonas e Pará, mas também foi positivo na Bahia, Acre, Maranhão e Alagoas. Nos demais estados, este índice foi negativo, mas os decréscimos relativos foram menores na maioria dos outros estados do norte e nordeste do que nos estados das demais regiões. As unidades que apresentaram maiores decréscimos foram Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal e Amapá.

Quando se tomam os dados por zona (rural e urbana), verifica-se que o número de leigos aumentou apenas nas escolas rurais. Além das já citadas unidades da federação onde houve crescimento no total de leigos, também o Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso (somado ao Mato Grosso do Sul) e Goiás apresentaram aumento no número de professores leigos lotados nas suas escolas da zona rural.

A despeito do aumento no número absoluto de leigos em alguns estados, a proporção no total dos docentes do primeiro grau decresceu em todas as regiões e unidades da federação, tanto na zona urbana quanto na rural. No total (urbano e rural), as maiores reduções se deram na região centro-oeste, onde o percentual decresceu de 30,2% para 16,7% (diminuição de 13,5%), e Sul (de 21,6 para 8,6%). A região norte, que já possuía, em 1977, o maior percentual de professores com escolaridade inferior ao segundo grau (41,9%), apresenta ainda a maior participação deste segmento (31,7%) em seu corpo docente. A redução no período foi superior apenas à da região sudeste, onde a participação deste grupo já era bem menor (6,5% em 1977, e 2,8% em 1987).

No Brasil urbano, a percentagem de professores com este nível de escolaridade baixou de 7,38% para 2,65% do total. As maiores reduções se deram na região norte, onde a participação destes docentes reduziu de 21% para 9% - embora seja ainda a região onde o percentual deste segmento docente é o mais elevado, no centro-oeste, de 15,7% para 5,9% e nordeste, de 14,3% para 4,6%. Nas regiões sudeste e sul, onde as percentagens de professores com este perfil de escolaridade já eram bem menores (de 2,5 e 6,8%), houve também decréscimo (para 0,7% e 2,0%, respectivamente).

Quando se tomam os dados para as diferentes unidades da federação, verifica-se que a taxa de docentes leigos reduziu-se na zona urbana de todos os estados, tendo os maiores decréscimos - mais de 20 pontos percentuais - ocorrido em Rondônia, Roraima, Ceará e Rio Grande do Norte. Em 1977, apenas nove estados possuíam menos de 10% de leigos em seu corpo docente urbano; em 1987, já são 21 as unidades nesta faixa, da qual estão excluídos apenas o Acre, Roraima, Pará e Goiás.

Na zona rural, embora em termos absolutos tenha havido um acréscimo de docentes leigos nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, a participação no total diminuiu de 64,9% para 48,4%. A região que apresentou em sua zona rural maior redução no percentual de docentes com escolaridade de primeiro grau foi a região sul (de 56,8% para 26,8%). Seguem-se o centro-oeste (de 84,7% para 63,5%); nordeste (de 85,4% para 66%) e sudeste (de 32,9% para 18,2%). A região norte, que já detinha em 1977, em sua zona rural, a maior taxa de professores com este nível de escolaridade - quase 90% - foi a que apresentou a menor redução: em 1987, este segmento ainda representa 77% do corpo docente (fig. 4 a 9).

Em 1977, 13 unidades da federação possuíam em sua zona rural mais de três quartos de seus postos docentes ocupados por professores leigos - todos os estados do nordeste, exceto Pernambuco, todos do norte, exceto Amapá e, além deles, Paraná, Mato Grosso (incluído o do Sul) e Goiás. No Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, mais de 90% dos professores da zona rural eram leigos. Em 1987, este percentual já não é atingido por nenhuma unidade da federação, embora o Amazonas, Acre e Ceará estejam dele muito próximos. Estes, somados ao Maranhão e Pará, perfazem cinco estados com mais de três quartos de seu corpo docente rural formado por leigos, ainda em 1987. As maiores reduções - superiores a 35 pontos percentuais - na taxa de leigos no período 77/87, deram-se nas escolas rurais do Rio Grande do Norte, Paraná e Roraima.

Estas modificações no período 77/87, refletem-se na distribuição percentual do total de docentes com este nível de formação nas várias regiões, unidades da federação e zonas. Se, em 1977, 27,4% (tabela 12) dos professores que possuíam apenas primeiro grau estavam na zona urbana, em 1987 nela se encontram apenas 16% deles.

Em 1977, 36% dos docentes leigos de todo o país estavam lotados nas escolas rurais do nordeste; em 1987 estas mesmas escolas abrigam 51% do total de professores com este grau de instrução (fig. 10 e 11). Os leigos da zona rural do norte e do centro-oeste que em 1977 não somavam 10% do total do país, em 1987 perfazem 17% deste total. Se nas escolas rurais das três regiões, em 1977, encontravam-se 46% dos docentes leigos, dez anos depois eles representam 68% do total, o que demonstra a crescente concentração dos leigos nas escolas rurais das regiões mais pobres.

As escolas de apenas uma sala, onde o percentual de professores leigos é mais elevado, perfaziam, em 1977, 132 mil em todo o país e, dos 147,5 mil docentes nelas lotados, 113 mil (77%) eram leigos (tabela 13). No período 77/87, verificou-se uma redução do

número de estabelecimentos de uma sala em todo o país, à exceção dos estados da região norte, de Alagoas, da Bahia, do Mato Grosso (incluído o do Sul) e de Goiás, que apresentaram crescimento deste tipo de escola na zona rural. Em todos eles, exceto Roraima e Goiás, a expansão das escolas de uma sala foi causada, em grande parte, pela incorporação de professores leigos em seu corpo docente.

Na maioria dos sete estados onde houve crescimento de professores leigos no ensino de primeiro grau (apresentados na fig.2), as escolas de uma sala foram responsáveis por grande parte deste aumento: em Rondônia e Sergipe, do total de novos postos ocupados por professores leigos, praticamente 100% são de escolas de uma sala; no Amazonas, este percentual é de 81%; na Bahia, 70%, e no Pará, 65%.

A participação dos professores leigos de escolas de uma sala, no total deste segmento docente, em âmbito nacional, não se alterou no período 77/87: continuam representando 60% do total de leigos do ensino de primeiro grau. A distribuição entre as regiões, entretanto, modificou-se bastante, com a maior concentração no norte, nordeste e centro-oeste. Se em 1977, nas escolas de uma sala destas três regiões encontravam-se 41% dos docentes leigos de todo o país, em 1987 eles somavam quase 50%.

Um fato importante a ser considerado é o de que, os sete estados anteriormente citados que apresentaram aumento do número de professores leigos, estão entre os que tiveram maior expansão do alunado de primeiro grau. O que se verifica, de fato, é que o crescimento ou decréscimo no número de leigos na zona rural está relacionado , na maioria dos estados, à evolução do contingente de alunos. Onde houve crescimento do alunado, houve também crescimento do corpo docente leigo, e vice-versa - o número de leigos decresceu onde o alunado diminuiu. As exceções a esta regra são os estados de Roraima, do Amapá e de Pernambuco, unidades onde a expansão do alunado da zona rural não implicou em crescimento do contingente leigo, e o Ceará, que apesar de ter apresentado redução do alunado no período, teve aumentado seu número de professores leigos. Esta relação clara entre crescimento do alunado e de professores leigos nas escolas da zona rural evidenciam que incrementos em quantidade, nestes casos, não têm sido acompanhados por melhoria de qualidade. Ao contrário, verifica-se que, de um modo geral, a expansão do alunado da zona rural tem-se dado pela via da incorporação de novos professores leigos.

É possível estimar, grosso modo, a proporção dos alunos incorporados ao sistema no período 77/87, que foram atendidos por professores leigos, inferindo-a da percentagem representada pelo aumento do segmento de leigos no crescimento do corpo docente total de uma determinada parte do sistema. Na zona rural do Amazonas, de cada 100 novos postos docentes acrescidos no período 77/87, 86% foram ocupados por leigos, o que, grosseiramente, pode significar que, em cada 10 alunos incorporados ao ensino de primeiro grau das escolas rurais daquele estado, 8,6 foram atendidos por professores com instrução inferior ao segundo grau completo (fig.12). Esta proporção atinge 7,4 nas escolas rurais do Acre, 6,7 nas do Pará e 5,3 nas de Rondônia. Também na zona rural de alguns estados do nordeste a proporção de alunos novos atendidos por leigos foi significativa: 4,6 em cada dez alunos na Bahia, 3,7 no Maranhão, 2,4 no Ceará e Alagoas, e quase 2 no Sergipe e Piauí. Somados os dados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, verifica-se que 2,3 em cada dez novos alunos das escolas rurais foram atendidos por docentes leigos.

Utilizando metodologia já descrita para os dados de 87, estima-se que, em 1977, havia no Brasil cerca de 4,3 milhões de alunos de professores leigos, tendo havido, portanto, uma redução, no período de dez anos, de pouco mais de 20% deste segmento do alunado. Esta redução deveu-se à grande diminuição de leigos no sul e sudeste e na zona urbana de todas as regiões. Na zona rural do norte, entretanto, houve ainda aumento da ordem de 50% no número de alunos atendidos por professores leigos.

5. Perspectivas

Considerando-se a evolução do alunado, da população de sete a quatorze anos, da proporção desta população que freqüentou escola (cobertura) e do número de professores leigos no período aqui analisado, é possível fazer algumas previsões sobre quantos deverão ser os professores leigos de primeiro grau e como estarão distribuídos daqui a dez anos

(1997). Para tanto, diferentes cenários podem ser traçados, a partir da combinação de algumas hipóteses sobre o comportamento das diferentes variáveis. As mesmas estimativas da população de 7 a 14 anos, calculadas por Camargo e Moraes, no IPEA, tomando como base o estudo demográfico de Camarano, Camargo e Beltrão (1991), serão utilizadas nos diferentes cenários. Serão consideradas duas hipóteses para a cobertura e duas sobre o percentual de leigos no corpo docente total.

Hipóteses sobre a cobertura:

C1. A cobertura da população de 7 a 14 anos, atendida pela escola, atingirá 90% nas zonas urbana e rural de todas as regiões.

C2. A cobertura da população de 7 a 14 anos, em 1997, será a mesma já existente em 1987 nas diferentes regiões e zonas.

Hipóteses sobre a evolução do percentual de professores leigos:

L1. O percentual de professores leigos diminuirá, seguindo a mesma tendência ocorrida no período 77/87.

L2. O percentual de professores leigos em 1997 será o mesmo já existente em 1987.

Combinando as hipóteses sobre a cobertura com aquelas sobre o percentual de leigos, resultariam, portanto, em quatro cenários (tabelas 14 e 15).O delineamento destes cenários baseia-se no seguinte raciocínio:

(1) As hipóteses (C1 e C2) sobre a cobertura permitem estimar o número de crianças na faixa de 7 a 14 anos que estarão freqüentando escola em 1997.

(2) Deste total, subtraindo-se a população na mesma condição em 1987, obtém-se o crescimento no período 77/87.

(3) Dividindo-se este resultado por 25 (considerando-se uma média de 25 alunos por professor), pode-se estimar o número de novos postos docentes necessários para o atendimento da clientela.

(4) Destes novos postos, somados àqueles existentes em 1987, resulta o total de docentes que deverá haver no ensino de primeiro grau em 1997.

(5) Finalmente, deste total de docentes pode-se estimar o número de leigos, considerando-se uma ou outra hipótese sobre o percentual que eles representarão no total de docentes para aquele ano (L1 ou L2).

As estimativas elaboradas por Camargo e Moraes para 1997, comparadas aos dados da PNAD/IBGE de 1987, mostram um aumento inferior a 1,8% da população de 7 a 14 anos nesse período. Para a zona rural, devido aos processos migratórios, prevê-se um decréscimo de cerca de 15% da população nesta faixa etária, ao tempo em que a população da zona urbana deverá aumentar aproximadamente 10%. A zona rural que, em 1987, abrigava 33% da população de 7 a 14 anos, em 1997 deverá ter sua participação diminuída para 27,6%, com o decréscimo de 8,7 para 7,5 milhões crianças nesta faixa de idade.

A tendência de diminuição desta população na zona rural deverá ocorrer em todas as regiões, exceto a norte, que, segundo as estimativas, deverá apresentar ainda um crescimento da ordem de 8% nos dez anos. O decréscimo da população de 7 a 14 anos na zona rural será de menor monta no nordeste (cerca de 6%) que no sudeste (15%), sul (19%) e centro-oeste (32%). Esta tendência de diminuição reveste-se de grande importância para a análise prospectiva sobre o quantitativo de professor leigo, uma vez que, como se verificou no período 77/87, o crescimento ou decréscimo do número de leigos é explicado basicamente pelo aumento ou diminuição do alunado na zona rural.

De acordo com o primeiro cenário (C1.L1), em que se prevê que 90% da população de 7 a 14 anos estará freqüentando a escola em 1997 e que o percentual de professores leigos diminuirá seguindo a mesma tendência observada no período 77/87, em 1997 o Brasil terá cerca de 113 mil professores leigos, 93% deles lecionando em escolas rurais. Se esta mesma cobertura (90%) for combinada com a hipótese de que a taxa de leigos em 1997 será a mesma de 1987 (C1.L2), o número de leigos ultrapassará 167 mil, com cerca de 85% deles na zona rural.

Considerando em um terceiro cenário, para 1997, as mesmas proporções de crianças de 7 a 14 anos que freqüentavam escola em 1987,

para as diferentes regiões e zonas, e que a taxa de leigos diminua na mesma proporção do período 77/87 (C2.L1), ainda haverá, em 1997, mais de 87 mil docentes leigos no Brasil, dos quais 91% residirão na zona rural. Se a taxa de leigos, entretanto, permanecer a mesma de 87 (C2.L2), professores com escolaridade inferior ao nível secundário deverão perfazer aproximadamente 134 mil, 82% lotados em escolas rurais.

É evidente que estes cenários baseiam-se em algumas hipóteses entre várias possibilidades. É pouco provável, por exemplo, que, na zona rural, especialmente do norte e nordeste, atinja-se em 1997 uma cobertura escolar de 90% da população de 7 a 14 anos. Quanto ao percentual de professores leigos, parece mais plausível que este acompanhe no período 87/97 tendência semelhante à verificada entre 77 e 87. Desta forma, o quantitativo de leigos poderia apresentar algum valor na faixa entre o projetado no cenário C1.L1 e no C2.L1 (entre 87 e 113 mil, para todo o país). As projeções, segundo essas duas combinações de hipóteses, apontam para a crescente concentração de professores leigos na zona rural do norte e nordeste, que juntas superariam 76% do total deste segmento docente.

Implícito no desenho desses dois cenários está o pressuposto de que o conjunto de forças que atuarão sobre a evolução da composição do corpo docente de primeiro grau no período 87/97 será similar àquele que atuou entre 77 e 87. Qualquer fator que atuasse sobre as variáveis importantes neste conjunto, consideradas ou não no desenho dos cenários, poderia, em princípio, alterá-lo e redundar em um quadro diferente daqueles aqui projetados. Um exemplo seria uma nova política de recursos humanos, adotada em estados onde o percentual de leigos é elevado, que exigisse, efetivamente, habilitação em magistério no recrutamento de seus professores.

6. Professores Leigos: até quando? Algumas reflexões.

As análises prospectivas apontam para a presença de mais de 80 mil professores leigos no ensino de primeiro grau no ano de 1997, portanto, no final do milênio. Embora o fenômeno *professor leigo* praticamente se circunscreva à zona rural, servida, em geral, por escolas municipais, sua presença em quase todos os estados suscita algumas reflexões sobre a educação básica que se oferece no meio rural, de um modo geral, e sobre os recursos humanos que nela atuam, mais especificamente.

Conforme já comentou Gusso (s.d.), com propriedade, não é apenas o professor que é leigo; no meio rural a própria escola é *leiga*. A situação de carência das escolas rurais é suficientemente conhecida; na verdade, poder-se-ia questionar em alguns casos se elas são de fato escolas. A falta de infra-estrutura física e de material didático mínimo foi sobejamente verificada no estudo de Castro e Fletcher (1986). Nos relatórios do Edurural também se evidenciam os problemas crônicos de algumas *escolas* rurais, que, em muitos casos funcionam na própria casa da professora, não apresentando, portanto, as mínimas condições necessárias para a processo ensino-aprendizagem.

A problemática específica dos recursos humanos, destacando-se a presença significativa de leigos, demanda também maior análise. É evidente que a simples posse de um diploma de habilitação para o magistério não representa garantia de qualidade no exercício do papel social de educador. A habilitação há que ser de fato, não apenas formal. Isto implica que a formação do professor deve garantir não apenas o desenvolvimento de sua competência técnica, como seu compromisso político (Mello, 1988; Demo, 1990) com a educação de um segmento social que, se está tendo seu acesso à escola expandido no que tange à quantidade, não está efetivamente usufruindo de seus benefícios - basta verificarmos os baixos percentuais dos que atingem a quarta série do primeiro grau.

Uma pergunta, cuja resposta não é simples, se impõe: como reverter este quadro geral e, especificamente, como contar com um sistema educacional composto por profissionais competentes no cumprimento de seu papel?

No meio rural são vários os fatores que dificultam o recrutamento e fixação de recursos humanos habilitados. As comprometidas condições de trabalho, o caráter clientelista de sua contratação - o que implica na

transitoriedade de sua condição de trabalhador, os baixíssimos salários, a precariedade nas condições de vida, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, educação e lazer são bastante comentados na literatura sobre educação (Onesti, 1985; Picanço, 1986; Brandão, 1986; Warde, 1886; Barreto, 1990).

A questão da fixação do professor habilitado nas escolas do meio rural foi objeto de discussão no *Seminário sobre los costos y la eficacia de los maestros*, realizado em 1987 pelo Instituto del Desarrollo Econômico, do Banco Mundial. Segundo o relato de Murname, no artigo *Economic Incentives to Improve Teaching*, dos problemas de recrutamento e seleção de recursos humanos para a educação, o mais discutido no evento, devido às dificuldades de superação, foi o do professor da escola rural. Participantes de diversos países debateram as possibilidades e limites de algumas alternativas de políticas públicas para o enfrentamento do problema, entre elas: oferecer incentivos e prêmios financeiros; designar o professor novo para a escola rural com a promessa de que, após dois ou três anos, seria transferido para localidades mais desejáveis; oferecer facilidades de treinamento do professor nas áreas rurais; colocar marido e mulher nas escolas rurais e encorajá-los a ficar, oferecendo acesso preferencial a seus filhos em escolas de alta qualidade; recrutar jovens da zona rural e treiná-los como professores (com tempo tão pequeno quanto possível despendido na cidade) e, então, encorajá-los a retornar, como professores, para a área rural onde cresceram.

As dificuldades de solução do problema de fixação do professor qualificado no meio rural fica evidente na conclusão extraída do seminário. Segundo o relator, houve um acordo geral sobre "*ser extraordinariamente difícil prover escolas rurais com professores efetivos enquanto as condições de vida nas áreas rurais forem menos atrativas que as condições de vida nas cidades; e a inferência que muitos participantes retiraram da discussão foi a importância de relacionar esforços de recrutamento a esforços de desenvolvimento rural*" (Murname, 1987).

Concluindo, portanto, a presença de professores leigos no ensino de primeiro grau, fenômeno comum nas escolas rurais, a grande maioria delas administradas pelos municípios, constitui um desafio para os formuladores de políticas públicas. Remete a uma questão de ordem mais geral que é a da heterogeneidade, espacial e social, de oportunidades de acesso ao que é dever do Estado oferecer: educação básica de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO. A.M.R.F. Professores de primeiro grau: quem são, onde estão e quanto ganham. Estudos em avaliação educacional. São Paulo, n. 3, p. 11-43, jan/jun. 1991.

BRANDÃO, C.R. Os professores leigos. Em aberto, Brasília, n. 32, p. 13-15, out/dez. 1986.

BRASIL . IBGE. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenadoria de Informações para o Planejamento. Sinopse estatística do ensino de primeiro grau 1987. Brasília, 1990.

_____ Tabulação especial dos dados do ensino de primeiro grau 1987. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística de Educação e Cultura. Sinopse estatística do ensino de primeiro grau 1976/1977. Brasília, 1982.

CAMARANO, A.A., CAMARGO, S.F. & BELTRÃO, K. Estimativas anuais de população 1980-2010. Brasília: IPEA, 1991.

CASTRO, C.M. & FLETCHER, P. A escola que os brasileiros freqüentaram em 1985. Brasília: IPEA, 1986.

CENAFOR. A questão do professor leigo. São Paulo, 1985.

DEMO, P. Pesquisa: princípios científicos e educativos. São Paulo: Cortez, 1990.

GUSSO, D.A. Professor leigo ou escola leiga? Brasília: IPEA, s.d. mimeo.

IDE/Banco Mundial. Seminario sobre los costos y la eficacia de los maestros. Noticias del IDE. Washington, D.C., 1988.

INEP. Em aberto, Brasília, n. 32, out/dez. 1986.

MELLO, G.N. Magistério de primeiro grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1988.

MURNAME, R.J. Economic incentives to improve teaching. Seminario sobre los costos y la eficacia de los maestros. IDE/Banco Mundial. Washington, D.C., 1987. Mimeo.

ONESTI, L.F. Professor leigo: um desafio educacional. In: CENAFOR. A questão do professor leigo. São Paulo, 1985.

PICANÇO, I.S. Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro. Em Aberto. Brasília, n. 32, p. 9-12, out/dez. 1986.

WARDE, M.J. O professor leigo: Até quando? Em aberto, Brasília, n. 32, p. 1-8, out/dez. 1986.

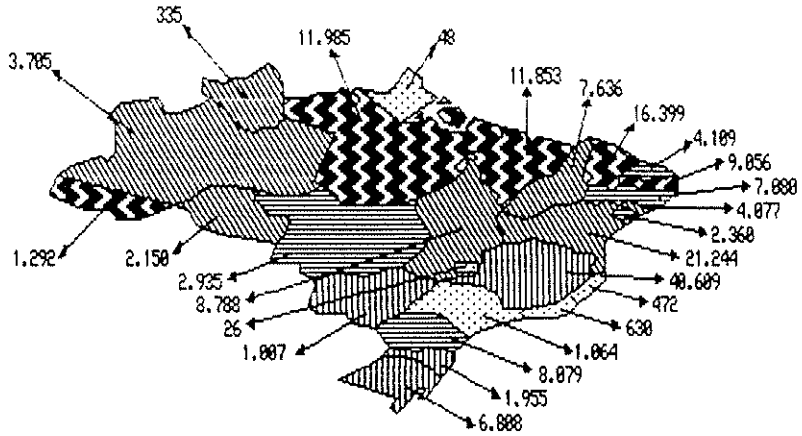
ANEXOS

FIG. 1

BRASIL

ENSINO DE 1o. GRAU
1 9 8 7

DOCENTES LEIGOS



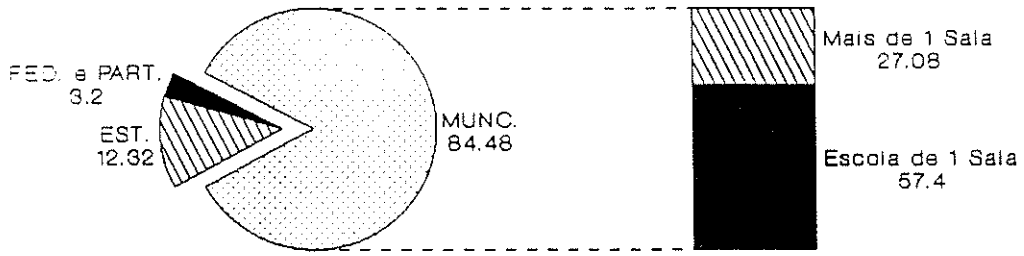
CONCENTRAÇÃO DE LEIGOS (%)

- 0 a 4%
- 5 a 9%
- 10 a 19%
- 20 a 29%
- 30 a 39%

REGIÃO	% DE LEIGOS		
	TOTAL	URBANO	RURAL
NORTE	31,7	9,2	77,0
NORDESTE	26,2	4,6	66,0
SUDESTE	2,8	0,7	18,2
SUL	8,6	2,0	26,8
CENTRO-OESTE	16,7	5,9	63,5
BRASIL	13,0	2,7	48,4

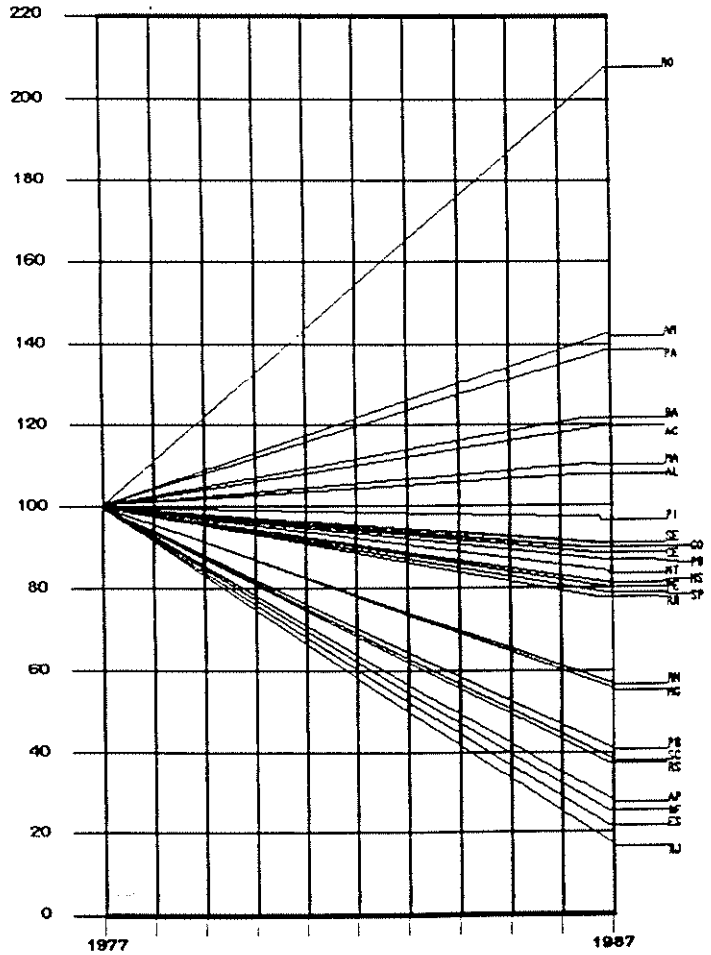
Fonte: SEEC/MEC

FIG. 2
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Distrib. Percentual dos Docentes Leigos
1987



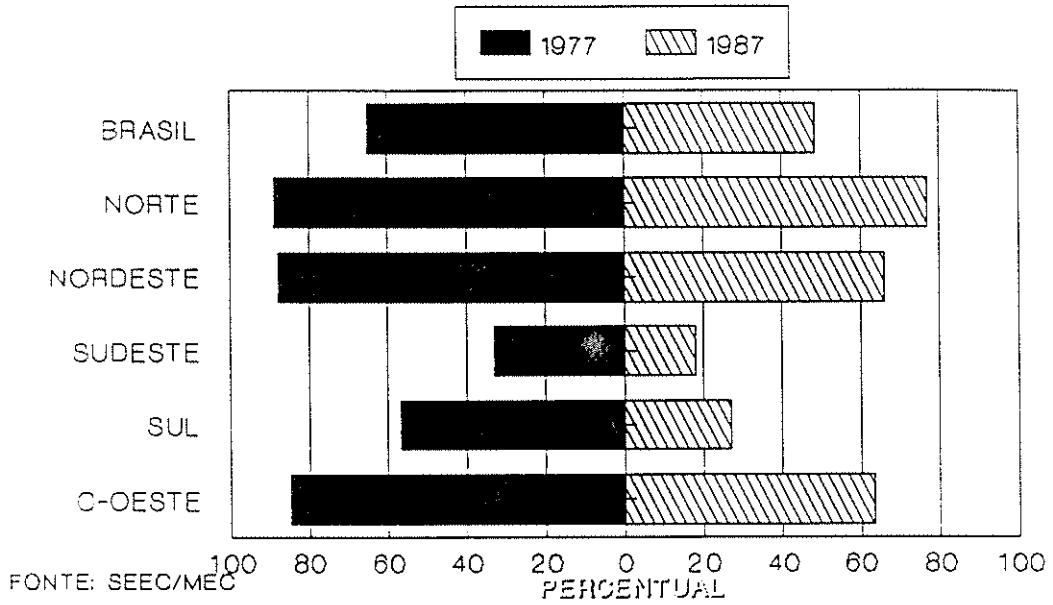
FONTE: SEEC/MEC

FIG. 3
ENSINO DE 1.GRAU
Índice de Crescimento dos Docentes Leigos, 1977-87



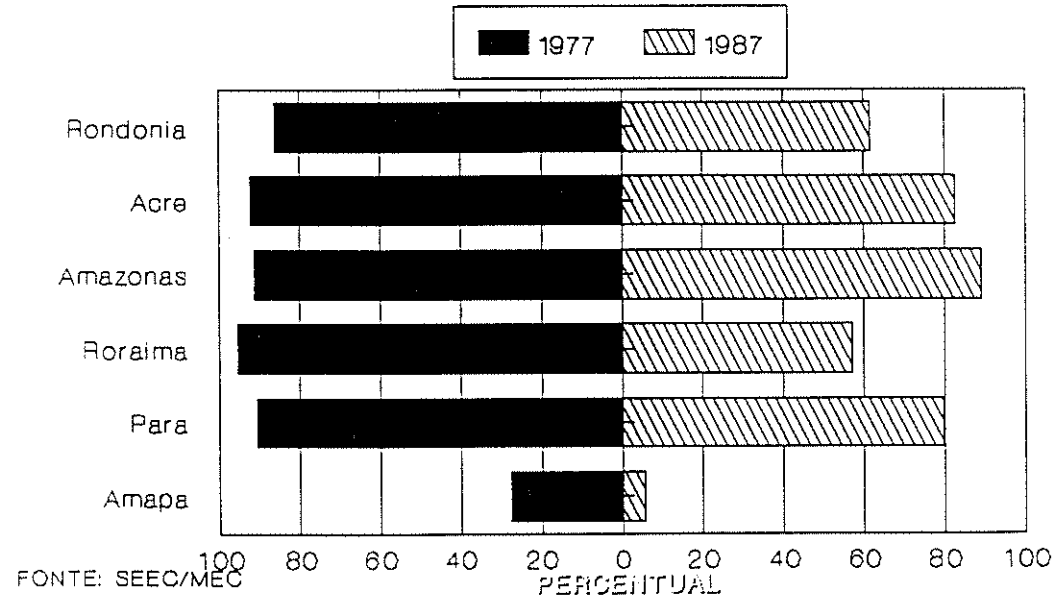
FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 4
ENSINO DE 1.GRAU - REGIOES
Percentual de Docentes Leigos - Rural



FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 5
ENSINO DE 1.GRAU - REGIAO NORTE
Percentual de Docentes Leigos - Rural

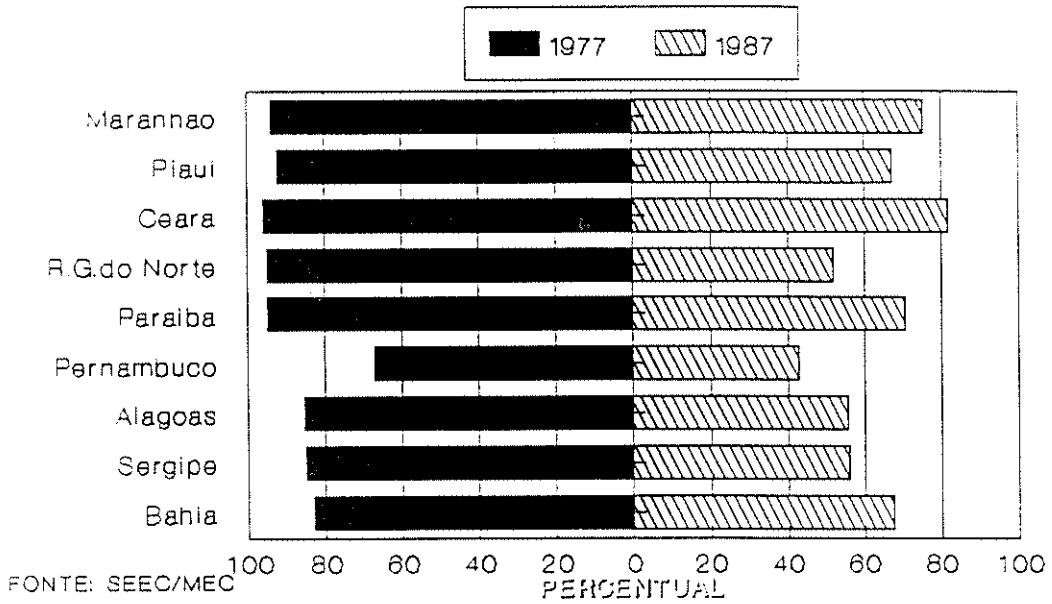


FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 6

ENSINO DE 1.GRAU - REGIAO NORDESTE

Percentual de Docentes Leigos - Rural

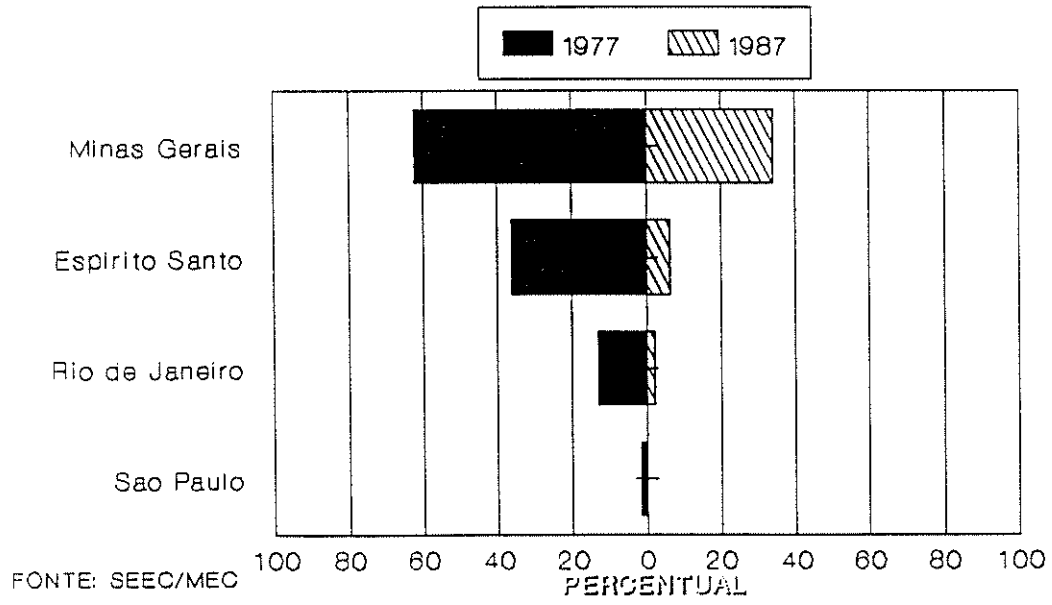


FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 7

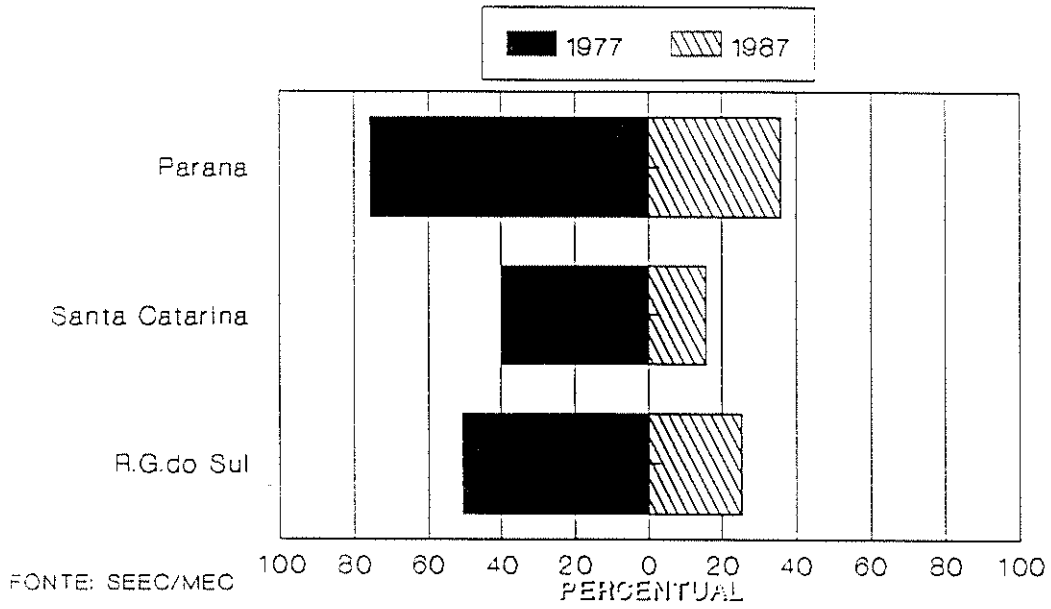
ENSINO DE 1.GRAU - REGIAO SUDESTE

Percentual de Docentes Leigos - Rural



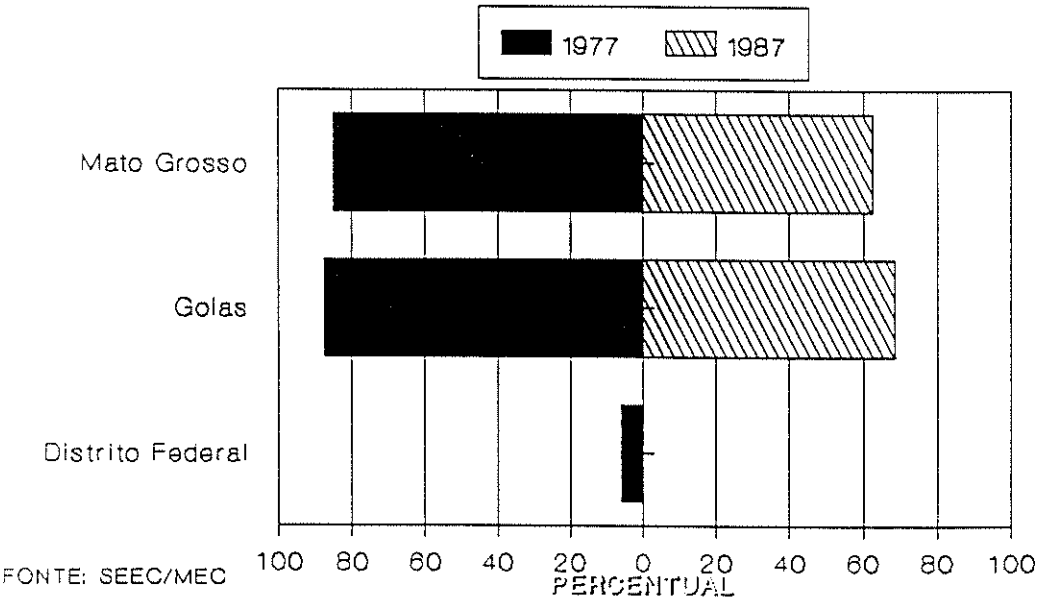
FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 8
ENSINO DE 1.GRAU - REGIAO SUL
Percentual de Docentes Leigos - Rural



FONTE: SEEC/MEC

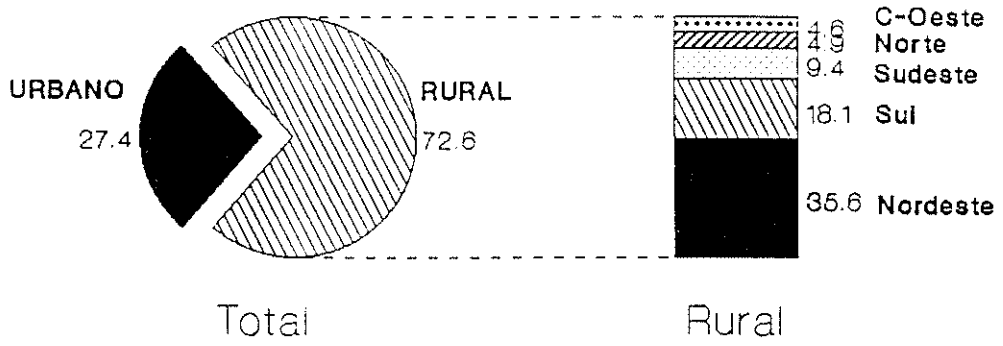
FIGURA 9
ENSINO DE 1.GRAU - REGIAO C-OESTE
Percentual de Docentes Leigos - Rural



FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 10
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Distribuicao dos Docentes Leigos

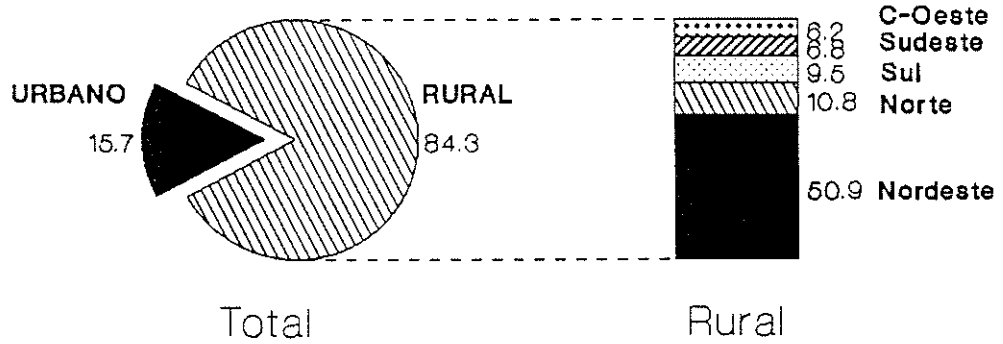
1977



FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 11
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Distribuição dos Docentes Leigos

1987



FONTE: SEEC/MEC

FIGURA 12

Alunos Novos Atendidos Por Leigos - Rural

1977 - 1987

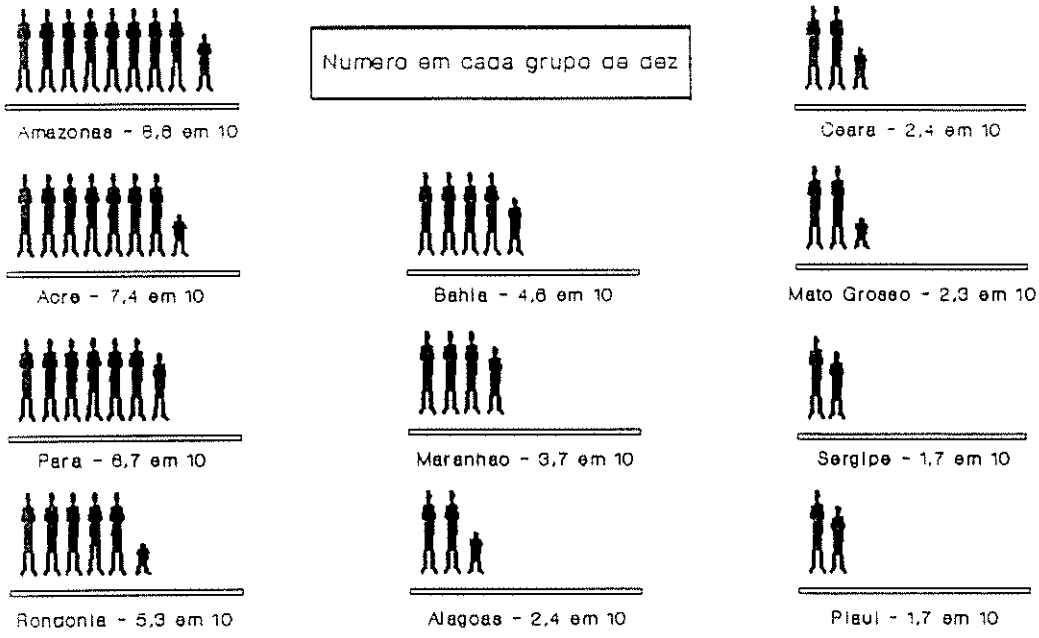


TABELA 1
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
segundo regiao e unidade da federaçao – 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE								
	DOCENTES			LEIGOS			% LEIGOS		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	1.117.356	863.593	253.326	145.692	22.879	122.715	13,04	2,65	48,44
NORTE	61.520	41.058	20.403	19.515	3.790	15.714	31,72	9,23	77,02
Rondonia	7.409	4.349	3.005	2.150	287	1.854	29,02	6,60	61,70
Acre	3.348	2.108	1.238	1.292	269	1.021	38,59	12,76	82,47
Amazonas	17.155	13.379	3.776	3.705	347	3.358	21,60	2,59	88,93
Roraima	1.309	886	423	335	94	241	25,59	10,61	56,97
Para	30.383	18.795	11.588	11.985	2.766	9.219	39,45	14,72	79,56
Amapa	1.916	1.541	373	48	27	21	2,51	1,75	5,63
NORDESTE	319.530	206.832	112.340	83.814	9.602	74.138	26,23	4,64	65,99
Maranhao	33.955	19.849	14.103	11.853	1.235	10.615	34,91	6,22	75,27
Piaui	26.515	15.724	10.752	7.638	387	7.242	28,80	2,46	67,35
Ceara	45.956	28.264	17.681	16.399	1.959	14.437	35,68	6,93	81,65
R.G.Norte	21.129	14.568	6.561	4.109	691	3.418	19,45	4,74	52,10
Paraiba	28.120	17.545	10.570	9.056	1.583	7.468	32,20	9,02	70,65
Pernambuco	52.206	37.844	14.126	7.080	989	6.054	13,56	2,61	42,86
Alagoas	18.520	12.400	6.120	4.077	672	3.405	22,01	5,42	55,64
Sergipe	12.392	8.968	3.424	2.360	438	1.922	19,04	4,88	56,13
Bahia	80.737	51.670	29.003	21.244	1.648	19.577	26,31	3,19	67,50
SUDESTE	463.409	408.922	54.472	12.765	2.858	9.899	2,75	0,70	18,17
Minas Gerais	129.146	101.776	27.355	10.609	1.273	9.328	8,21	1,25	34,10
Espirito Santo	19.963	14.335	5.628	472	109	363	2,36	0,76	6,45
Rio de Janeiro	98.425	91.082	7.343	620	460	160	0,63	0,51	2,18
Sao Paulo	215.875	201.729	14.146	1.064	1.016	48	0,49	0,50	0,34
SUL	196.445	144.624	51.821	16.842	2.951	13.891	8,57	2,04	26,81
Parana	70.221	52.616	17.605	8.079	1.776	6.303	11,51	3,38	35,80
Santa Catarina	34.810	24.187	10.623	1.955	280	1.675	5,62	1,16	15,77
R.G.do Sul	91.414	67.821	23.593	6.808	895	5.913	7,45	1,32	25,06
CENTRO-OESTE	76.452	62.157	14.290	12.756	3.678	9.073	16,68	5,92	63,49
Mato G.do Sul	13.166	11.133	2.033	1.007	128	879	7,65	1,15	43,24
Mato Grosso	14.836	11.700	3.136	2.935	581	2.354	19,78	4,97	75,06
Goias	35.502	26.990	8.507	8.788	2.943	5.840	24,75	10,90	68,65
Distrito Federal	12.948	12.334	614	26	26	0	0,20	0,21	0,00

Fonte dos dados brutos: SEEC/MEC – 1987
(1) Percentual do pessoal docente da mesma unidade da federacao e zona
(geolei01)

TABELA 2
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Distribuiçao percentual dos professores leigos, por zona, segundo regiao e unidade da federaçao – 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE					
	DOCENTES LEIGOS			DISTRIBUICAO PERCENTUAL (1)		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
BRASIL	145.692	22.879	122.715	100,00	15,70	84,23
NORTE	19.515	3.790	15.714	13,39	2,60	10,79
Rondonia	2.150	287	1.854	1,48	0,20	1,27
Acre	1.292	269	1.021	0,89	0,18	0,70
Amazonas	3.705	347	3.358	2,54	0,24	2,30
Roraima	335	94	241	0,23	0,06	0,17
Para	11.985	2.766	9.219	8,23	1,90	6,33
Amapa	48	27	21	0,03	0,02	0,01
NORDESTE	83.814	9.602	74.138	57,53	6,59	50,89
Maranhao	11.853	1.235	10.615	8,14	0,85	7,29
Piaui	7.636	387	7.242	5,24	0,27	4,97
Ceara	16.399	1.959	14.437	11,26	1,34	9,91
R.G.Norte	4.109	691	3.418	2,82	0,47	2,35
Paraiba	9.056	1.583	7.468	6,22	1,09	5,13
Pernambuco	7.080	989	6.054	4,86	0,68	4,16
Alagoas	4.077	672	3.405	2,80	0,46	2,34
Sergipe	2.360	438	1.922	1,62	0,30	1,32
Bahia	21.244	1.648	19.577	14,58	1,13	13,44
SUDESTE	12.765	2.858	9.899	8,76	1,96	6,79
Minas Gerais	10.609	1.273	9.328	7,28	0,87	6,40
Espirito Santo	472	109	363	0,32	0,07	0,25
Rio de Janeiro	620	460	160	0,43	0,32	0,11
Sao Paulo	1.064	1.016	48	0,73	0,70	0,03
SUL	16.842	2.951	13.891	11,56	2,03	9,53
Parana	8.079	1.776	6.303	5,55	1,22	4,33
Santa Catarina	1.955	280	1.675	1,34	0,19	1,15
R.G.do Sul	6.808	895	5.913	4,67	0,61	4,06
CENTRO–OESTE	12.756	3.678	9.073	8,76	2,52	6,23
Mato G.do Sul	1.007	128	879	0,69	0,09	0,60
Mato Grosso	2.935	581	2.354	2,01	0,40	1,62
Goias	8.788	2.943	5.840	6,03	2,02	4,01
Distrito Federal	26	26	0	0,02	0,02	0,00

Fonte dos Dados Brutos: SEEC/MEC
NOTA: (1) Percentagem do total de docentes leigos do Brasil (145.568)
(Geolei02)

TABELA 3

BRASIL : ENSINO DE 1.GRAU

Pessoal docente e docentes leigos, por dependencia administrativa, segundo regiao e unidade da federaçao – 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE											
	DOCENTES				LEIGOS				% LEIGOS			
	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.
BRASIL	5.909	634.200	328.537	148.186	564	17.939	122.976	4.089	9,54	2,83	37,43	2,76
NORTE	3.230	29.338	23.833	5.060	377	5.467	13.384	276	11,68	18,63	56,16	5,45
Rondonia	6	244	6.710	394	4	6	2.117	14	66,67	2,46	31,55	3,55
Acre	20	2.386	726	214	1	846	431	12	6,97	35,46	59,37	5,61
Amazonas	109	10.583	5.281	1.182	0	265	3.416	24	0,00	2,50	64,68	2,03
Roraima	1.296	0	0	13	335	0	0	0	25,85	0,00	0,00	0,00
Para	286	16.125	10.817	3.155	4	4.350	7.406	225	1,40	26,98	68,47	7,13
Amapa	1.513	0	299	102	33	0	14	1	2,18	0,00	4,68	0,98
NORDESTE	1.263	126.968	141.593	49.263	117	3.534	77.583	2.481	9,29	2,78	54,79	5,04
Maranhao	451	10.526	17.955	5.020	17	265	11.352	216	3,77	2,52	63,22	4,30
Piaui	77	12.896	10.428	3.075	3	621	6.851	154	3,90	4,82	65,70	5,01
Ceara	273	14.987	21.399	9.270	85	538	15.228	545	31,14	3,59	71,16	5,88
R.G.do Norte	0	9.722	8.132	3.270	0	557	3.454	96	0,00	5,73	42,47	2,94
Paraiba	16	10.447	13.890	3.761	5	591	8.193	261	31,25	5,66	58,98	6,94
Pernambuco	162	22.396	20.797	8.604	2	138	6.430	472	1,23	0,62	30,92	5,49
Alagoas	19	7.410	7.744	3.347	0	242	3.520	315	0,00	3,27	45,45	9,41
Sergipe	20	6.098	4.233	2.041	0	161	2.084	115	0,00	2,64	49,23	5,63
Bahia	245	32.486	37.015	10.875	5	421	20.471	307	2,20	1,30	55,30	2,82
SUDESTE	982	313.664	84.647	64.099	35	2.834	9.194	692	3,56	0,90	10,86	1,08
Minas Gerais	235	97.265	23.519	8.110	35	1.676	8.707	181	14,89	1,72	37,02	2,23
Espirito Santo	6	14.275	3.256	2.426	0	270	190	12	0,00	1,89	5,84	0,49
Rio de Janeiro	741	33.302	38.976	25.406	0	57	289	274	0,00	0,17	0,74	1,08
Sao Paulo	0	168.822	18.896	28.157	0	831	8	225	0,00	0,49	0,04	0,80
SUL	235	114.851	60.336	21.023	26	2.447	13.977	392	11,06	2,13	23,17	1,86
Parana	58	39.866	23.373	6.924	14	1.532	6.336	197	24,14	3,84	27,11	2,85
Santa Catarina	88	24.061	7.499	3.162	3	432	1.479	41	3,41	1,80	19,72	1,30
R.G.do Sul	89	50.924	29.464	10.937	9	483	6.162	154	10,11	0,95	20,91	1,41
CENTRO-OESTE	199	49.379	18.128	8.741	8	3.657	8.838	248	4,02	7,41	48,75	2,84
M.Grosso do Sul	21	7.685	3.932	1.528	8	52	936	11	38,10	0,68	23,80	0,72
Mato Grosso	0	9.164	4.047	1.625	0	395	2.444	96	0,00	4,31	60,39	5,91
Goias	41	21.911	10.149	3.396	0	3.184	5.458	141	0,00	14,53	53,78	4,15
Distrito Federal	137	10.619	0	2.192	0	26	0	0	0,00	0,24	0,00	0,00

Fonte dos Dados Brutos: Tabulacao Especial SEEC/MEC

Nota: Exclui os Docentes de Localizaçào nào informada

(Geolei03)

TABELA 4

BRASIL : ENSINO DE 1.GRAU

Pessoal docente e docentes leigos, por dependencia administrativa, segundo região e unidade da federação - Localização: Urbana - 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE DAS ESCOLAS DA ZONA URBANA											
	DOCENTES				LEIGOS				% LEIGOS			
	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.
BRASIL	4.501	566.175	149.206	143.638	140	9.740	9.877	3.105	3,11	1,72	6,62	2,16
NORTE	2.492	24.214	9.543	4.809	116	1.992	1.449	233	4,67	8,23	15,18	4,85
Rondonia	0	240	3.748	361	0	3	271	13	0,00	1,25	7,23	3,60
Acre	19	1.604	275	210	0	238	23	8	2,07	14,84	8,36	3,81
Amazonas	109	10.581	1.545	1.144	0	263	60	24	0,00	2,49	3,88	2,10
Roraima	873	0	0	13	94	0	0	0	10,77	0,00	0,00	0,00
Para	279	11.789	3.733	2.994	0	1.488	1.091	187	0,00	12,62	29,23	6,25
Amapa	1.212	0	242	87	22	0	4	1	1,82	0,00	1,65	1,15
NORDESTE	735	117.225	42.126	46.673	22	2.075	5.764	1.723	3,05	1,77	13,68	3,69
Maranhao	381	9.621	5.214	4.633	3	195	874	163	0,79	2,03	16,76	3,52
Piaui	49	11.450	1.355	2.870	0	170	116	101	0,00	1,48	8,56	3,52
Ceara	176	14.278	4.810	8.984	19	367	1.214	359	10,80	2,57	25,24	4,00
R.G.do Norte	0	8.109	3.281	3.176	0	232	375	84	0,00	2,86	11,43	2,64
Paraiba	0	9.511	4.336	3.697	0	391	955	236	0,00	4,11	22,02	6,38
Pernambuco	77	21.547	8.171	8.042	0	116	561	312	0,00	0,54	6,87	3,88
Alagoas	19	6.601	3.004	2.776	0	218	349	105	0,00	3,30	11,62	3,78
Sergipe	0	5.447	1.535	1.986	0	111	220	107	0,00	2,04	14,33	5,39
Bahia	33	30.661	10.420	10.509	0	275	1.100	256	1,19	0,90	10,56	2,44
SUDESTE	928	280.576	64.112	63.306	1	1.848	351	658	0,11	0,66	0,55	1,04
Minas Gerais	186	87.179	6.499	7.912	1	956	155	161	0,54	1,10	2,38	2,03
Espirito Santo	1	9.568	2.407	2.359	0	70	27	12	0,00	0,73	1,12	0,51
Rio de Janeiro	741	28.750	36.499	25.092	0	33	164	263	0,00	0,11	0,45	1,05
Sao Paulo	0	155.079	18.707	27.943	0	789	5	222	0,00	0,51	0,03	0,79
SUL	168	97.989	26.139	20.328	0	1.274	1.381	296	0,00	1,30	5,28	1,46
Parana	24	36.157	9.789	6.646	0	959	672	145	0,00	2,65	6,86	2,18
Santa Catarina	78	17.341	3.644	3.124	0	103	139	38	0,00	0,59	3,81	1,22
R.G.do Sul	66	44.491	12.706	10.558	0	212	570	113	0,00	0,48	4,49	1,07
CENTRO-OEST	178	46.171	7.286	8.522	0	2.551	932	195	0,00	5,53	12,79	2,29
Mato G.do Sul	0	7.456	2.194	1.483	0	24	93	11	0,00	0,32	4,24	0,74
Mato Grosso	0	8.969	1.174	1.557	0	332	177	72	0,00	3,70	15,08	4,62
Goias	41	19.741	3.918	3.290	0	2.169	662	112	0,00	10,99	16,90	3,40
Distrito Federal	137	10.005	0	2.192	0	26	0	0	0,00	0,26	0,00	0,00

Fonte dos Dados Brutos: Tabulacao Especial SEEC/MEC

Nota: Exclui os Docentes de Localização não Informada

(Geolei04)

TABELA 5

BRASIL : ENSINO DE 1.GRAU

Pessoal docente e docentes leigos, por dependencia administrativa, segundo região e unidade da federação – Localização: Rural – 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE DAS ESCOLAS RURAIS											
	DOCENTES				LEIGOS				% LEIGOS			
	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.	FED.	EST.	MUNC.	PART.
BRASIL	1.408	68.025	179.331	4.548	424	8.199	113.099	984	30,11	12,05	63,07	21,64
NORTE	738	5.124	14.290	251	261	3.475	11.935	43	35,37	67,82	83,52	17,13
Rondonia	6	4	2.962	33	4	3	1.846	1	66,67	75,00	62,32	3,03
Acre	1	782	451	4	1	608	408	4	100,00	77,75	90,47	100,00
Amazonas	0	2	3.736	38	0	2	3.356	0	0,00	100,00	89,83	0,00
Roraima	423	0	0	0	241	0	0	0	56,97	0,00	0,00	0,00
Para	7	4.336	7.084	161	4	2.862	6.315	38	57,14	66,01	89,14	23,60
Amapa	301	0	57	15	11	0	10	0	3,65	0,00	17,54	0,00
NORDESTE	528	9.743	99.467	2.590	95	1.459	71.819	758	17,99	14,97	72,20	29,27
Maranhao	70	905	12.741	387	14	70	10.478	53	20,00	7,73	82,24	13,70
Piaui	28	1.446	9.073	205	3	451	6.735	53	10,71	31,19	74,23	25,85
Ceara	97	709	16.589	286	66	171	14.014	186	68,04	24,12	84,48	65,03
R.G.do Norte	0	1.613	4.851	94	0	325	3.079	12	0,00	20,15	63,47	12,77
Paraiba	16	936	9.554	64	5	200	7.238	25	31,25	21,37	75,76	39,06
Pernambuco	85	849	12.626	562	2	22	5.869	160	2,35	2,59	46,48	28,47
Alagoas	0	809	4.740	571	0	24	3.171	210	0,00	2,97	66,90	36,78
Sergipe	20	651	2.698	55	0	50	1.864	8	0,00	7,68	69,09	14,55
Bahia	212	1.825	26.595	366	5	146	19.371	51	2,36	8,00	72,84	13,93
SUDESTE	54	33.088	20.535	793	34	986	8.843	34	62,96	2,98	43,06	4,29
Minas Gerais	49	10.086	17.020	198	34	720	8.552	20	69,39	7,14	50,25	10,10
Espirito Santo	5	4.707	849	67	0	200	163	0	0,00	4,25	19,20	0,00
Rio de Janeiro	0	4.552	2.477	314	0	24	125	11	0,00	0,53	5,05	3,50
Sao Paulo	0	13.743	189	214	0	42	3	3	0,00	0,31	1,59	1,40
SUL	67	16.862	34.197	695	26	1.173	12.596	96	38,81	6,96	36,83	13,81
Parana	34	3.709	13.584	278	14	573	5.664	52	41,18	15,45	41,70	18,71
Santa Catarina	10	6.720	3.855	38	3	329	1.340	3	30,00	4,90	34,76	7,89
R.G.do Sul	23	6.433	16.758	379	9	271	5.592	41	39,13	4,21	33,37	10,82
CENTRO-OESTE	21	3.208	10.842	219	8	1.106	7.906	53	38,10	34,48	72,92	24,20
M.Grosso do Sul	21	229	1.738	45	8	28	843	0	38,10	12,23	48,50	0,00
Mato Grosso	0	195	2.873	68	0	63	2.267	24	0,00	32,31	78,91	35,29
Goias	0	2.170	6.231	106	0	1.015	4.796	29	0,00	46,77	76,97	27,38
Distrito Federal	0	614	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte dos Dados Brutos: Tabulacao Especial SEEC/MEC

Nota: Exclui os Docentes de Localização não informada

(Geolei05)

TABELA 6

Distribuição percentual dos professores leigos por dependencia administrativa, segundo região e unidade da federação – 1987

REGIAO E U.F.	NUMERO	DOCENTES LEIGOS				
		Distribuição por Dependencia Administrativa				
		TOTAL	Federal	Estadual	Municipal	Particular
BRASIL	145.568	100,00	0,39	12,32	84,48	2,81
NORTE	19.504	100,00	1,93	28,03	68,62	1,42
Rondonia	2.141	100,00	0,19	0,28	98,88	0,65
Acre	1.290	100,00	0,11	65,56	33,40	0,93
Amazonas	3.705	100,00	0,00	7,15	92,20	0,65
Roraima	335	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Para	11.985	100,00	0,03	36,30	61,79	1,88
Amapa	48	100,00	68,75	0,00	29,17	2,08
NORDESTE	83.715	100,00	0,14	4,22	92,67	2,96
Maranhao	11.850	100,00	0,14	2,24	95,80	1,82
Piaui	7.629	100,00	0,04	8,14	89,80	2,02
Ceara	16.396	100,00	0,52	3,28	92,88	3,32
R.G.do Norte	4.107	100,00	0,00	13,56	84,10	2,34
Paraiba	9.050	100,00	0,06	6,53	90,53	2,88
Pernambuco	7.042	100,00	0,03	1,96	91,31	6,70
Alagoas	4.077	100,00	0,00	5,94	86,34	7,73
Sergipe	2.360	100,00	0,00	6,82	88,31	4,87
Bahia	21.204	100,00	0,03	1,99	96,54	1,45
SUDESTE	12.755	100,00	0,27	22,22	72,08	5,43
Minas Gerais	10.599	100,00	0,33	15,81	82,15	1,71
Espirito Santo	472	100,00	0,00	57,20	40,25	2,54
rio de Janeiro	620	100,00	0,00	9,19	46,61	44,19
Sao Paulo	1.064	100,00	0,00	78,10	0,75	21,15
SUL	16.842	100,00	0,15	14,53	82,99	2,33
Parana	8.079	100,00	0,17	18,96	78,43	2,44
Santa Catarina	1.955	100,00	0,15	22,10	75,65	2,10
R.G.do Sul	6.808	100,00	0,13	7,09	90,51	2,26
CENTRO-OESTE	12.751	100,00	0,06	28,68	69,31	1,94
M.Grosso do Sul	1.007	100,00	0,79	5,16	92,95	1,09
Mato Grosso	2.935	100,00	0,00	13,46	83,27	3,27
Goias	8.783	100,00	0,00	36,25	62,14	1,61
Distrito Federal	26	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Fonte dos Dados Brutos: Tabulacao Especial SEEC/MEC

Nota: Exclui os Docentes de Localização não Informada

(Geolei06)

TABELA 7

Distribuição do total de docentes leigos entre as unidades da federação e dependencias administrativas – 1987

REGIAO E U.F.	DOCENTES LEIGOS – DISTRIBUICAO PERCENTUAL (1)								
	TOTAL					RURAL			
	TOTAL	FED.	EST.	MUN.	PART.	FED.	EST.	MUN.	PART.
BRASIL	100,00	0,39	12,32	84,48	2,81	0,29	5,63	77,70	0,68
NORTE	13,40	0,26	3,76	9,19	0,19	0,18	2,39	8,20	0,03
Rondonia	1,47	0,00	0,00	1,45	0,01	0,00	0,00	1,27	0,00
Acre	0,89	0,00	0,58	0,30	0,01	0,00	0,42	0,28	0,00
Amazonas	2,55	0,00	0,18	2,35	0,02	0,00	0,00	2,31	0,00
Roraima	0,23	0,23	0,00	0,00	0,00	0,17	0,00	0,00	0,00
Para	8,23	0,00	2,99	5,09	0,15	0,00	1,97	4,34	0,03
Amapa	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00
NORDESTE	57,51	0,08	2,43	53,30	1,70	0,07	1,00	49,34	0,52
Maranhao	8,14	0,01	0,18	7,80	0,15	0,01	0,05	7,20	0,04
Piaui	5,24	0,00	0,43	4,71	0,11	0,00	0,31	4,63	0,04
Ceara	11,26	0,06	0,37	10,46	0,37	0,05	0,12	9,63	0,13
R.G.do Norte	2,82	0,00	0,38	2,37	0,07	0,00	0,22	2,12	0,01
Paraiba	6,22	0,00	0,41	5,63	0,18	0,00	0,14	4,97	0,02
Pernambuco	4,84	0,00	0,09	4,42	0,32	0,00	0,02	4,03	0,11
Alagoas	2,80	0,00	0,17	2,42	0,22	0,00	0,02	2,18	0,14
Sergipe	1,62	0,00	0,11	1,43	0,08	0,00	0,03	1,28	0,01
Bahia	14,57	0,00	0,29	14,06	0,21	0,00	0,10	13,31	0,04
SUDESTE	8,76	0,02	1,95	6,32	0,48	0,02	0,68	6,07	0,02
Minas Gerais	7,28	0,02	1,15	5,98	0,12	0,02	0,49	5,87	0,01
Espirito Santo	0,32	0,00	0,19	0,13	0,01	0,00	0,14	0,11	0,00
Rio de Janeiro	0,43	0,00	0,04	0,20	0,19	0,00	0,02	0,09	0,01
Sao Paulo	0,73	0,00	0,57	0,01	0,15	0,00	0,03	0,00	0,00
SUL	11,57	0,02	1,68	9,60	0,27	0,02	0,81	8,65	0,07
Parana	5,55	0,01	1,05	4,35	0,14	0,01	0,39	3,89	0,04
Santa Catarina	1,34	0,00	0,30	1,02	0,03	0,00	0,23	0,92	0,00
R.G.do Sul	4,68	0,01	0,33	4,23	0,11	0,01	0,19	3,84	0,03
CENTRO-OESTE	8,76	0,01	2,51	6,07	0,17	0,01	0,76	5,43	0,04
M.Grosso do Sul	0,69	0,01	0,04	0,64	0,01	0,01	0,02	0,58	0,00
Mato Grosso	2,02	0,00	0,27	1,68	0,07	0,00	0,04	1,56	0,02
Goias	6,03	0,00	2,19	3,75	0,10	0,00	0,70	3,29	0,02
Distrito Federal	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tabulacao Especial SEEC/MEC – 1987 Nota: Exclui os docentes de localizacao nao informada

(1) Percentagem do total de docentes leigos do Brasil (145.568)

(Geolei07)

TABELA 8
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
ESCOLAS DE UMA SALA
Pessoal docente total e docentes leigos, por localização
segundo Região e Unidade da Federação – 1987

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE DAS ESCOLAS DE UMA SALA								
	DOCENTES			LEIGOS			% LEIGOS		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	139.289	3.838	135.344	87.454	1.481	85.906	62,79	38,59	63,47
NORTE	14.207	179	14.016	12.396	130	12.255	87,25	72,63	87,44
Rondonia	2.380	1	2.369	1.681	0	1.672	70,63	0,00	70,58
Acre	871	1	868	784	1	781	90,01	100,00	89,98
Amazonas	3.262	15	3.247	3.004	14	2.990	92,09	93,33	92,09
Roraima	199	1	198	146	1	145	73,37	100,00	73,23
Para	7.345	161	7.184	6.764	114	6.650	92,09	70,81	92,57
Amapa	150	0	150	17	0	17	11,33	0,00	11,33
NORDESTE	67.701	2.521	65.099	52.209	1.161	51.003	77,12	46,05	78,35
Maranhao	7.053	148	6.904	6.558	92	6.465	92,98	62,16	93,64
Piaui	5.639	40	5.598	4.600	19	4.580	81,57	47,50	81,81
Ceara	10.633	417	10.215	9.661	346	9.314	90,86	82,97	91,18
R.G.Norte	3.616	87	3.529	2.173	27	2.146	60,09	31,03	60,81
Paraiba	6.171	256	5.910	4.739	134	4.600	76,79	52,34	77,83
Pernambuco	9.446	548	8.836	4.888	148	4.710	51,75	27,01	53,30
Alagoas	2.885	73	2.812	2.175	39	2.136	75,39	53,42	75,96
Sergipe	1.005	58	947	753	20	733	74,93	34,48	77,40
Bahia	21.253	894	20.348	16.662	336	16.319	78,40	37,58	80,20
SUDESTE	24.786	611	24.166	6.596	39	6.551	26,61	6,38	27,11
Minas Gerais	10.423	238	10.176	6.199	33	6.160	59,47	13,87	60,53
Espirito Santo	2.490	61	2.429	258	5	253	10,36	8,20	10,42
Rio de Janeiro	1.296	65	1.231	102	1	101	7,87	1,54	8,20
Sao Paulo	10.577	247	10.330	37	0	37	0,35	0,00	0,36
SUL	23.909	389	23.520	9.573	80	9.493	40,04	20,57	40,36
Parana	9.526	147	9.379	4.561	39	4.522	47,88	26,53	48,21
Santa Catarina	5.847	143	5.704	1.444	10	1.434	24,70	6,99	25,14
R.G.do Sul	8.536	99	8.437	3.568	31	3.537	41,80	31,31	41,92
CENTRO–OESTE	8.686	138	8.543	6.680	71	6.604	76,91	51,45	77,30
Mato G.do Sul	630	23	607	343	10	333	54,44	43,48	54,86
Mato Grosso	2.332	37	2.295	1.936	22	1.914	83,02	59,46	83,40
Goias	5.683	78	5.600	4.401	39	4.357	77,44	50,00	77,80
Distrito Federal	41	0	41	0	0	0	0,00	0,00	0,00

Fonte dos dados brutos: SEEC/MEC – 1987

(1) Percentual do pessoal docente de escolas de uma sala da mesma unidade da federação e zona (geolei08)

TABELA 9

BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU

ESCOLAS DE UMA SALA

Percentagens do total nacional de docentes leigos, lotados nas escolas de uma sala, por localização, segundo região e unidade da federação – 1987

REGIAO E U.F.	Docentes Leigos (Percentual) Distribuição nas Escolas de Uma Sala					
	TOTAL			MUNICIPAIS		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	60,08	1,02	59,01	57,40	0,74	56,66
NORTE	8,52	0,09	8,42	7,62	0,05	7,57
Rondonia	1,15	0,00	1,15	1,15	0,00	1,15
Acre	0,54	0,00	0,54	0,23	0,00	0,23
Amazonas	2,06	0,01	2,05	2,06	0,01	2,05
Roraima	0,10	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00
Para	4,65	0,08	4,57	4,18	0,05	4,13
Amapa	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
NORDESTE	35,87	0,80	35,04	34,92	0,57	34,35
Maranhao	4,51	0,06	4,44	4,49	0,06	4,43
Piaui	3,16	0,01	3,15	3,06	0,01	3,05
Ceara	6,64	0,24	6,40	6,32	0,11	6,21
R.G.Norte	1,49	0,02	1,47	1,40	0,01	1,39
Paraiba	3,26	0,09	3,16	3,15	0,05	3,10
Pernambuco	3,36	0,10	3,24	3,21	0,08	3,13
Alagoas	1,49	0,03	1,47	1,40	0,02	1,38
Sergipe	0,52	0,01	0,50	0,50	0,01	0,49
Bahia	11,45	0,23	11,21	11,38	0,22	11,16
SUDESTE	4,53	0,03	4,50	4,32	0,02	4,30
Minas Gerais	4,26	0,02	4,23	4,16	0,02	4,14
Espirito Santo	0,18	0,00	0,17	0,10	0,00	0,10
Rio de Janeiro	0,07	0,00	0,07	0,07	0,01	0,06
Sao Paulo	0,03	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
SUL	6,58	0,05	6,52	6,15	0,05	6,10
Parana	3,13	0,03	3,11	2,91	0,01	2,90
Santa Catarina	0,99	0,01	0,99	0,82	0,01	0,81
R.G.do Sul	2,45	0,02	2,43	2,41	0,02	2,39
CENTRO–OESTE	4,59	0,05	4,54	4,38	0,04	4,34
Mato G.do Sul	0,24	0,01	0,23	0,23	0,00	0,23
Mato Grosso	1,33	0,02	1,31	1,30	0,01	1,29
Goias	3,02	0,03	2,99	2,85	0,02	2,83
Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte dos dados brutos: Tabulação Especial do SEEC/MEC – 1987

(1) Percentual do total de docentes leigos do Brasil(145.568)

(Geolei09)

TABELA 10
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Alunos de professores leigos (estimativa),
por localização, segundo região e U.F. - 1987

Regiao e U.F.	Alunos de professores leigos (Estimativa)		
	Total	Urbano	Rural
BRASIL	3.476.633	594.678	2.881.956
NORTE	541.896	114.835	427.061
Rondonia	61.737	8.733	53.004
Acre	30.463	6.852	23.611
Amazonas	86.124	8.274	77.850
Roraima	6.969	2.514	4.455
Para	355.175	87.642	267.532
Amapa	1.429	820	609
NORDESTE	2.061.888	241.172	1.820.715
Maranhao	309.991	31.138	278.853
Piaui	183.358	7.928	175.429
Ceara	281.135	42.609	238.526
R.N.do Norte	90.823	16.495	74.329
Paraiba	263.983	46.804	217.179
Pernambuco	195.840	27.682	168.159
Alagoas	115.741	15.735	100.006
Sergipe	65.823	10.211	55.612
Bahia	555.192	42.569	512.623
SUDESTE	256.142	64.858	191.284
Minas Gerais	207.659	27.940	179.719
Espirito Santo	10.549	2.593	7.956
Rio de Janeiro	11.773	8.998	2.776
Sao Paulo	26.161	25.327	834
SUL	286.704	62.947	223.757
Parana	164.162	41.856	122.306
Santa Catarina	36.689	6.013	30.676
R.G. do Sul	85.853	15.078	70.774
CENTRO-OESTE	330.004	110.866	219.139
Mato Grosso(*)	91.285	19.153	72.132
Goias	238.144	91.137	147.006
Distrito Federal	576	576	0

Fonte dos dados brutos: SEEC/MEC
(*) Inclusive Mato Grosso do Sul
(Geolei10)

TABELA 11

BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU

Pessoal docente total e docentes leigos, por localizaçao segundo regiao e unidade da federaçao – 1977

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENT DOCENTES			PESSOAL DOCENTE LEIGOS			% LEIGOS		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	897.163	689.577	207.586	185.656	50.897	134.759	20,69	7,38	64,92
NORTE	33.376	23.173	10.203	13.970	4.923	9.047	41,86	21,24	88,67
Rondonia	1.709	925	784	1.036	360	676	60,62	38,92	86,22
Acre	2.352	1.783	569	1.081	555	526	45,96	31,13	92,44
Amazonas	8.655	6.623	2.032	2.604	747	1.857	30,09	11,28	91,39
Roraima	676	386	290	431	154	277	63,76	39,90	95,52
Para	18.605	12.400	6.205	8.642	3.020	5.622	46,45	24,35	90,60
Amapa	1.379	1.056	323	176	87	89	12,76	8,24	27,55
NORDESTE	209.952	134.729	75.223	87.596	21.545	66.051	41,72	15,99	87,81
Maranhao	19.584	10.091	9.493	10.776	1.860	8.916	55,02	18,43	93,92
Piaui	16.863	9.648	7.215	7.945	1.291	6.654	47,11	13,38	92,22
Ceara	34.476	20.290	14.186	18.563	4.955	13.608	53,84	24,42	95,93
R.G.do Norte	13.387	8.487	4.900	7.277	2.624	4.653	54,36	30,92	94,96
Paraiba	18.201	10.547	7.654	10.435	3.170	7.265	57,33	30,06	94,92
Pernambuco	40.956	30.978	9.978	8.769	2.062	6.707	21,41	6,66	67,22
Alagoas	9.844	6.721	3.123	3.781	1.107	2.674	38,41	16,47	85,62
Sergipe	7.777	5.825	1.952	2.603	938	1.665	33,47	16,10	85,30
Bahia	48.864	32.142	16.722	17.447	3.538	13.909	35,71	11,01	83,18
SUDESTE	405.966	353.119	52.847	26.239	8.831	17.408	6,46	2,50	32,94
Minas Gerais	101.815	78.631	23.184	19.017	4.585	14.432	18,68	5,83	62,25
Espirito Santo	18.775	13.647	5.128	2.193	333	1.860	11,68	2,44	36,27
Rio de Janeiro	97.639	91.356	6.283	3.701	2.879	822	3,79	3,15	13,08
Sao Paulo	187.737	169.485	18.252	1.328	1.034	294	0,71	0,61	1,61
SUL	199.515	140.357	59.158	43.244	9.595	33.649	21,67	6,84	56,88
Parana	56.138	36.707	19.431	19.892	5.172	14.720	35,43	14,09	75,76
Santa Catarina	33.336	22.182	11.154	5.189	723	4.466	15,57	3,26	40,04
R.G.do Sul	110.041	81.468	28.573	18.163	3.700	14.463	16,51	4,54	50,62
CENTRO-OESTE	48.354	38.199	10.155	14.607	6.003	8.604	30,21	15,72	84,73
Mato Grosso	14.925	11.628	3.297	4.731	1.925	2.806	31,70	16,55	85,11
Goias	25.011	18.410	6.601	9.774	3.992	5.782	39,08	21,68	87,59
Distrito Federal	8.418	8.161	257	102	86	16	1,21	1,05	6,23

Fonte dos Dados Brutos: SEEC/MEC

TABELA 12
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
Distribuição percentual dos professores leigos, por zona,
segundo regiao e unidade da federacao – 1977

REGIAO E U.F.	DISTRIBUICAO PERCENTUAL (1)					
	TODAS AS ESCOLAS			ESCOLAS DE UMA SALA		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	100,00	27,41	72,59	60,97	3,46	57,51
NORTE	7,52	2,65	4,87	3,98	0,13	3,85
Rondonia	0,56	0,19	0,36	0,31	0,00	0,30
Acre	0,58	0,30	0,28	0,19	0,01	0,19
Amazonas	1,40	0,40	1,00	0,89	0,01	0,88
Roraima	0,23	0,08	0,15	0,09	0,00	0,09
Para	4,65	1,63	3,03	2,47	0,11	2,36
Amapa	0,09	0,05	0,05	0,03	0,00	0,03
NORDESTE	47,18	11,60	35,58	33,73	2,87	30,85
Maranhao	5,80	1,00	4,80	3,71	0,12	3,59
Piaui	4,28	0,70	3,58	3,09	0,05	3,04
Ceara	10,00	2,67	7,33	7,97	1,12	6,85
R.G.do Norte	3,92	1,41	2,51	2,23	0,14	2,09
Paraiba	5,62	1,71	3,91	3,52	0,24	3,28
Pernambuco	4,72	1,11	3,61	3,74	0,39	3,35
Alagoas	2,04	0,60	1,44	1,19	0,11	1,07
Sergipe	1,40	0,51	0,90	0,75	0,05	0,70
Bahia	9,40	1,91	7,49	7,54	0,66	6,88
SUDESTE	14,13	4,76	9,38	6,84	0,17	6,66
Minas Gerais	10,24	2,47	7,77	5,31	0,03	5,28
Espirito Santo	1,18	0,18	1,00	0,98	0,03	0,95
Rio de Janeiro	1,99	1,55	0,44	0,39	0,11	0,28
Sao Paulo	0,72	0,56	0,16	0,15	0,01	0,14
SUL	23,29	5,17	18,12	12,67	0,17	12,50
Parana	10,71	2,79	7,93	5,70	0,07	5,63
Santa Catarina	2,79	0,39	2,41	2,01	0,02	1,98
R.G.do Sul	9,78	1,99	7,79	4,96	0,07	4,89
CENTRO-OESTE	7,87	3,23	4,63	3,76	0,11	3,64
Mato Grosso	2,55	1,04	1,51	1,19	0,04	1,15
Goias	5,26	2,15	3,11	2,56	0,07	2,49
Distrito Federal	0,05	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00

FONTE: SEEC/MEC
otal de docentes leigos do Brasil (185.656)

(Geolei12)

TABELA 13
BRASIL: ENSINO DE 1.GRAU
ESCOLAS DE UMA SALA
Pessoal docente total e docentes leigos, por localização
segundo região e unidade da federação – 1977

REGIAO E U.F.	PESSOAL DOCENTE								
	DOCENTES			LEIGOS			% LEIGOS		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	147.494	10.940	136.554	113.189	6.418	106.771	76,74	58,67	78,19
NORTE	7.637	278	7.359	7.389	239	7.150	96,75	85,97	97,16
Rondonia	599	10	589	569	9	560	94,99	90,00	95,08
Acre	375	12	363	358	12	346	95,47	100,00	95,32
Amazonas	1.696	32	1.664	1.651	20	1.631	97,35	62,50	98,02
Roraima	169	0	169	166	0	166	98,22	0,00	98,22
Para	4.690	224	4.466	4.588	198	4.390	97,83	88,39	98,30
Amapa	108	0	108	57	0	57	52,78	0,00	52,78
NORDESTE	69.161	7.567	61.594	62.615	5.333	57.282	90,54	70,48	93,00
Maranhao	7.073	284	6.789	6.886	228	6.658	97,36	80,28	98,07
Piaui	5.871	121	5.750	5.730	87	5.643	97,60	71,90	98,14
Ceara	15.337	2.298	13.039	14.791	2.082	12.709	96,44	90,60	97,47
R.G.do Norte	4.277	300	3.977	4.143	254	3.889	96,87	84,67	97,79
Paraiba	6.869	548	6.321	6.533	439	6.094	95,11	80,11	96,41
Pernambuco	9.500	1.439	8.061	6.943	715	6.228	73,08	49,69	77,26
Alagoas	2.437	284	2.153	2.208	213	1.995	90,60	75,00	92,66
Sergipe	1.610	204	1.406	1.391	98	1.293	86,40	48,04	91,96
Bahia	16.187	2.089	14.098	13.990	1.217	12.773	86,43	58,26	90,60
SUDESTE	32.698	2.110	30.588	12.695	324	12.371	38,83	15,36	40,44
Minas Gerais	12.404	156	12.248	9.867	56	9.811	79,55	35,90	80,10
Espirito Santo	4.702	369	4.333	1.825	54	1.771	38,81	14,63	40,87
Rio de Janeiro	1.994	770	1.224	720	197	523	36,11	25,58	42,73
Sao Paulo	13.598	815	12.783	283	17	266	2,08	2,09	2,08
SUL	30.446	712	29.734	23.515	312	23.203	77,24	43,82	78,04
Parana	12.569	207	12.362	10.580	135	10.445	84,18	65,22	84,49
Santa Catarina	6.477	164	6.313	3.724	46	3.678	57,50	28,05	58,26
R.G.do Sul	11.400	341	11.059	9.211	131	9.080	80,80	38,42	82,11
CENTRO–OESTE	7.552	273	7.279	6.975	210	6.765	92,36	76,92	92,94
Mato Grosso	2.422	109	2.313	2.216	75	2.141	91,49	68,81	92,56
Goias	5.096	163	4.933	4.759	135	4.624	93,39	82,82	93,74
Distrito Federal	34	1	33	0	0	0	0,00	0,00	0,00

Fonte dos Dados Brutos: SEEC/MEC
(Geolei13)

BRASIL: ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
Distribuição percentual dos professores leigos
1977, 1987 e 1997 (Cenários)

Localização e Região	1986	1987	Distribuição % dos leigos 1997 (Projeções)			
			C1.L1	C1.L2	C2.L1	C2.L2
Urbano	27,41	15,70	7,16	14,76	9,06	18,14
Norte	2,65	2,60	1,53	2,37	1,95	2,94
Nordeste	11,60	6,59	2,72	6,32	3,36	7,59
Sudeste	4,76	1,96	0,77	1,86	1,00	2,35
Sul	5,17	2,03	0,83	1,87	1,05	2,30
C.Oeste	3,23	2,52	1,31	2,34	1,70	2,96
Rural	72,59	84,23	92,84	85,24	90,94	81,86
Norte	4,87	10,79	19,28	14,96	16,83	12,70
Nordeste	35,58	50,89	59,75	53,60	59,65	52,01
Sudeste	9,38	6,79	4,44	5,43	4,57	5,43
Sul	18,12	9,53	5,29	7,56	5,96	8,29
C.Oeste	4,63	6,23	4,09	3,68	3,92	3,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	7,52	13,39	20,80	17,33	18,78	15,64
Nordeste	47,18	57,53	62,47	59,92	63,02	59,61
Sudeste	14,13	8,76	5,21	7,29	5,58	7,78
Sul	23,29	11,56	6,11	9,43	7,01	10,59
C.Oeste	7,87	8,76	5,40	6,02	5,62	6,39

Fontes dos dados brutos: SEEC/MEC E IBGE
(Geolei15)

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo